

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

**A CONSTRUÇÃO DO BAIRRO MANSOUR NA MEMÓRIA DOS
MORADORES UBERLÂNDIA 1992/2003**

ROMILDA APARECIDA CARDOSO DE OLIVEIRA

ROMILDA APARECIDA CARDOSO DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO BAIRRO MANSOUR NA MEMÓRIA DOS
MORADORES UBERLÂNDIA 1992/2003**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do professor. Mestre Sérgio Paulo Morais.

UBERLÂNDIA, JULHO DE 2003.

ROMILDA APARECIDA CARDOSO DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO BAIRRO MANSOUR NA MEMÓRIA DOS
MORADORES UBERLÂNDIA 1992/2003**

BANCA EXAMINADORA

Professor Mestre Sérgio Paulo Moraes - UFU

Professora Dra. Dilma Andrade de Paula - UFU

Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida- UFU

MODELO DE FICHA

OLIVEIRA, Romilda Aparecida Cardoso de, (23/02/1969).

A Construção do Bairro Mansour na Memória dos Moradores – Uberlândia, (1992/2003). 54 fl.

Orientador: Sérgio Paulo Moraes

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia

1. Bairro Mansour – 2. Vivências – 3. AMORBAM.

Sumário

Apresentação.....	08
Capítulo I.....	14
È de Esperança que o povo Sobrevive	
Capítulo II.....	25
Construção de Moradias e Relações de Convivência	
Capítulo III.....	38
Organização da AMORBAM	
Considerações Finais.....	50
Fontes.....	53
Bibliografia.....	54

Resumo

Este trabalho de pesquisa propõe a recomposição do modo da vivência de moradores do bairro Mansour. Reflexão da trajetória e expectativa destes moradores, a partir do burocrático processo de inscrição da casa própria às estratégias utilizadas pelos mesmos para não ficarem excluídos do financiamento da habitação.

As relações de apadrinhamento (relação de favores e influências), aparecem como solução para aceleração do processo de seleção e aquisição da moradia etc., uma negociação por vias não institucional, mas que não deixou se ser ações políticas.

Focalizo o sentimento de decepção experimentado pelos moradores, quando se depararam com a lastimável realidade encontrada no bairro.

As relações de vizinhança propiciadas por um novo (re)construir (o novo bairro) e finalmente a organização da AMORBAM, o movimento reivindicatório desta entidade em busca de melhorias para o Mansour.

Agradecimentos

A um Deus vivo, fonte de toda inspiração e sabedoria.

No decorrer desta pesquisa muitas pessoas foram importantes para que o trabalho pudesse vir à ser.

Ao meu orientador Sérgio Paulo Moraes, pelo estímulo e confiança em mim depositadas.

As minhas filhas Marianne, Mayara e ao meu esposo Cláudio pela compreensão a minha ausência durante as longas horas dedicadas a pesquisa.

A querida mãe Ana pelas palavras de carinho.

Aos colegas do curso de História, principalmente a amiga Susianne que nestes anos de vida acadêmica, contribuiu para o meu crescimento intelectual.

Ao colega de trabalho, André Luís Miguel pela preciosa ajuda.

Aos meus entrevistados do bairro Mansour.

Ao pessoal da coordenação do curso, especialmente João Batista.

Apresentação

O presente trabalho tem como tema: “A Construção do Bairro Mansour na Memória dos Moradores (1992/2003)”. A intenção é a de recompor essa trajetória a partir de recomposições das memórias narradas por moradores.

A escolha do tema se deu pela identificação com o objeto de pesquisa, e como historiadora desejei me aprofundar nos modos de viver dos moradores.

Trabalhar como professora na única escola municipal do bairro, me deu a oportunidade de estabelecer vínculos e ter acesso as diversas formas de conhecimento trazidas por esta população. Através das atividades na escola, como encontros, eventos sociais, culturais e científicos e de reuniões com os pais, que procuram estar informados sobre a vida escolar dos filhos, os moradores deixaram transparecer dados enriquecedores do cotidiano que merecem ser resgatados.

Fundamental para a definição do tema foi o interesse dos alunos de terceira série do ensino inicial por problemáticas relacionadas ao lugar onde vivem, mais especificamente, o bairro. Saímos então da escola, visitamos os arredores do bairro e trouxemos importantes dados sobre alguns aspectos desse local. Percebemos abandono ambiental pelo poder público, como é o caso do horto, com plantas típicas do cerrado, que tem em sua volta cercas de arame farpado destruídas, não oferecendo proteção à preservação. Outra área de observação foi o córrego do Óleo, que tem suas margens degradadas por lixo e entulho.

Os alunos também ouviram narrativas dos moradores mais antigos. O mais gratificante neste trabalho, realizado em sala com os alunos, foi que eles próprios relataram ter um novo olhar sobre o lugar em que habitam mostrando que ampliaram sua visão para os problemas existentes no bairro.

Nós gostamos tanto do resultado da pesquisa, que resolvemos publicá-la o que resultou um livrinho com o título “História do Bairro Mansour”.

O recorte cronológico da pesquisa, foi estabelecido em razão da chegada dos moradores em 1992 estendendo-se até 2003.

Tenho como objetivo, refletir e recompor os vários hábitos destes moradores, o que medeia seus desgostos e seus triunfos vivenciados quotidianamente. Compreender como estes modos de viver aconteceram ou como foram sentidos por seus sujeitos.

Diante da vontade de reconstruir a história dos moradores, optei por trabalhar com fontes orais, artigos de jornais da época, que levantavam as condições do bairro na chegada dos moradores, Atas e ofícios da AMORBAM (Associação dos Moradores do Bairro Mansour) e trabalhos historiográficos.

Estes trabalhos me ajudaram a compreender melhor sobre as relações existentes, que de certa forma não estão perceptíveis. Isto serviu para que eu pudesse ter a dimensão de como deveria ser feita a pesquisa.

Para tal estudei monografias, como a do historiador Edmilson Lino Guilherme com o título “Experiências de trabalhadores autônomos no Setor da Construção Civil¹. Há nesta monografia uma importante discussão no capítulo II, sobre os valores e significados das práticas cotidianas dos trabalhadores.

“Entre Viver e Morar: Experiências dos Moradores de Conjuntos Habitacionais”, dissertação de mestrado Maucia Vieira dos Reis², sem dúvida uma importante contribuição de que somou ao meu trabalho a experiência de perceber como é o modo de viver de pessoas que sonharam em obter sua casa própria e envolveram no financiamento de casas populares com todas falácias e mazelas.

¹ GUILHERME, Edmilson Lino – As Experiências de Trabalhadores Autônomos no Setor da Construção Civil- Uberlândia- Anos 1970/1997.

² REIS, Maucia Vieira dos – Entre Viver e Morar Experiências dos Moradores de Conjuntos Habitacionais em Uberlândia 1980/1990.

Finalmente, mas não menos importante, a dissertação de mestrado de Laurindo Mékie³ Pereira “Dependência, Favores e Compromissos Sociais e Políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50”, que trata de favorecimento de influências.

De uma maneira ou de outra esses trabalhos possuem como referenciais teóricos E. P. Thompson, Raymond Williams, Eric Hobsbawm e outros intelectuais que preocupam-se com as tensões existentes entre “proprietários dos meios de produção” e trabalhadores, não só através da economia instituída pelos primeiros, mas também pelas expectativas, desejos, caminhos construídos por intenção das culturas produzidas pelos segundos.

Sendo assim, inspiro-me também nas obras desses autores para mediar as interpretações e os diálogos presentes nesse trabalho.

As fontes orais me permitiram reconstituir memórias de pessoas comuns: trabalhadores, donas de casa, idosos, jovens, crianças, que nas entrevistas expressaram seus sonhos a medida que interpretavam suas vivências e trajetórias de vida.

Foram realizadas vinte e cinco entrevistas, com os primeiros moradores e ex-presidentes da AMORBAM. Procurei recompor através de narrativas, como as pessoas avaliam em 2003, a formação da Associação de Moradores, os embates e vitórias conquistados através dessa.

Dos moradores mais antigos ouvimos enredos sobre a vinda para o bairro; expectativas na mudança; transformações no cotidiano; enfrentamentos e vitórias desses sujeitos/moradores.

Antes de começar as entrevistas tinha um outro olhar para com as fontes orais, pois havia estudado os textos de intelectuais que discorriam sobre história oral e as advertências sobre a questão da subjetividade no objeto de pesquisa.

Ao partir para a composição das “fontes vivas”, ao realizar as primeiras gravações, fui recebida com desconfiança e timidez pelos entrevistados, o que impossibilitou, no primeiro momento, algumas gravações.

³ PEREIRA, Laurindo Mékie- Dependência, Favores e Compromissos Relações Sociais e Políticos em

Então repensei a prática realizada e busquei criar uma maior aproximação – através de diálogos realizados antes das gravações.

Esta estratégia funcionou e os depoentes contribuíram com interpretações de suas lembranças e memórias. Ainda que esses depoimentos sejam reelaborações de seu passado, feitos, à luz de seu presente e de sua interpretação, estavam localizados em dias recentes, em preocupações contemporâneas.

Para entender essa dinâmica, torna-se relevante estudar as análises de Alessandro Portelli. Assim, partimos da premissa que

“o principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, que decida escrever sua própria autobiografia, quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir a sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros.”⁴

A leitura de Portelli me tornou mais sensível ao entrevistar as pessoas. Passei a entender que não cabe a mim julgar se os diálogos dos entrevistados são verídicos ou não. Levo em consideração que as pessoas, constroem suas narrativas selecionando o que deve falar ou não. Privilegiam as experiências que mais se identificaram, que mais significaram ao longo da vida.

Divido o meu trabalho em três capítulos. No primeiro, com o título **É de Esperança que o Povo Sobrevive**, procuro recompor a trajetória de vida dos moradores do bairro Mansour em busca da casa “própria”.

Tento descrever o burocrático processo da inscrição das casas populares, as negociações promovidas por alguns moradores que não tendo como comprovar renda buscaram no apadrinhamento político modos para se beneficiarem no processo seletivo. Nesse capítulo tentei reconstruir o sentimento de decepção de uma parcela dos moradores que encontraram o bairro com a infra estrutura precária e com casas inacabadas.

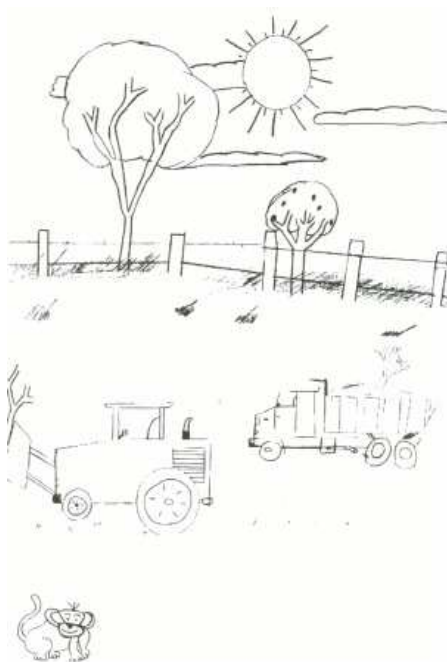
Montes Claros nos anos 40 e 50.

⁴PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos- Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, p. 59.

No segundo capítulo, **Construção de Moradias e Relações de Convivência**, recomponho através de narrativas, como se formaram as relações de vizinhança, o cotidiano no bairro.

Percebe-se neste que os moradores aos poucos se organizaram, reclamaram e tentaram solucionar os problemas comuns permeados de conflitos, valores e costumes.

O terceiro capítulo, **Organização da AMORBAM**, como o próprio título se refere, apresenta a constituição da Associação de Moradores do bairro Mansour e discute conflitos e embates .



Fonte: OLIVEIRA, Romilda Aparecida Cardoso de, História do bairro Mansour.

Capítulo I

É de esperança que o povo sobrevive.

Nesse primeiro capítulo apresento o Bairro Mansour. Procuro expor a situação em que o bairro se encontrava na chegada dos moradores, debatendo um pouco da conjuntura econômica e política que estavam presentes naquele momento.

O bairro Mansour foi construído no terreno onde se localizava a fazenda “Capim Branco” do ex-proprietário Ragi Wadhi Mansour, que foi homenageado com o nome do bairro.

Está localizado a oeste, 8 km em linha reta do centro de Uberlândia. Foi entregue aos seus moradores em 1991. A sua construção foi de responsabilidade da EMCOP (Empresa Municipal de Construções Populares), desde o projeto, a compra da área e a fiscalização. “O bairro Mansour foi construído em duas etapas, a primeira etapa (500 - 27,76 m² e 34,48 m²) e a Segunda etapa (572 - 27,76m² e 34,48m²) O total de área verde é de (117.198,48 m² - 12,7%), o projeto tem o número 2960/89 - aprovado em 08/05/1990, tendo como engenheiros Paulo Euclides Ochiua e Paulo César dos Santos”⁵.

O bairro é composto por pouco mais de 2000 unidades, compostas de dois cômodos e um banheiro, distribuídas em um traçado de ruas que obedeceu ao risco primário de um quadriculado, construído na sua quase totalidade, sem prever espaço para praças, ampliação ou equipamentos sociais. Excetuando, apenas o terreno onde hoje está situado a escola municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio com uma área de 7002,03 m², inaugurada dois anos após a chegada dos primeiros moradores. O asfalto só chegou em 1996.

A característica básica é de um bairro dormitório, com fraca estrutura comercial, casas simples muitas das quais, sem acabamento externo ou calçada.

Existem muitas áreas que não receberam tratamento urbanístico, em especial os limites do bairro e as margens do córrego do Óleo. Estas áreas sem calçada ou qualquer outra solução urbanística acabaram invadidas pelo mato, pelo lixo e entulho que aparece

⁵ Revista de divulgação interna da Secretária Municipal de Habitação (Fevereiro 1992)

freqüentemente sem que se identifique os responsáveis, o que acaba causando conflitos entre os moradores, há alguns trechos do bairro sem asfalto⁶.

As ruas calçadas são estreitas, dificultando o tráfego de veículos de maior porte e o trânsito de pedestre. Um desses limites localiza-se a rua rio Tibre, fronteira a uma chácara pertencentes ao Departamento Estadual de Estrada de Rodagem que por sua vez faz divisa com o estande de tiro do 36º BIMTZ do Exército, um grande terreno de mata alta com cerca de proteção deficiente em muitos trechos. Frequentemente as crianças encontram projéteis inclusive não detonados.

O bairro hoje é atendido por quatro linhas ônibus a T- 140, A 401, A –241e em novembro de 2001 por solicitação da comunidade, a linha T- 121, teve seu trajeto estendido até a porta da escola Professora Cecy.

Habitar no bairro Mansour significou para uma parcela da comunidade local, realizar o sonho da casa própria.

Pessoas de baixa renda, em dificuldades para pagar o aluguel, muitos desses trabalhadores da cidade, buscaram outras possibilidades. Talvez de conseguirem casa de aluguel que fosse compatível com a renda familiar, não significa que buscassem o conforto, mas uma moradia. Quem nos conta é Leila Ana Moraes Silveira, 37 anos, casada, mãe de três filhas, trabalha como professora em dois períodos (tarde e noite). O marido está desempregado. Mora no bairro desde 1992, é natural de Uberlândia. Ela nos traz seu depoimento:

“Mudei para o bairro assim que inaugurou em 1992, no mês de fevereiro. Nos morávamos no bairro Jaraguá e com o objetivos de sair do aluguel e de ter

⁶ Ofício 064/99- Ilmo Sr. Antônio Andrada Prieto. A AMORBAM, vem solicitar ao Ilmo. Secretário de Administração, suas devidas providências no sentido de fiscalização enquanto que um morador de nosso bairro está se utilizando da faixa de servidão localizada entre as ruas Corumbá e Solimões, para o plantio de hortas. Quanto a plantação não temos nada contra, muito pelo contrário, se realmente fosse comunitário fato esse que não é verdadeiro. O que solicitamos de as., é que sejam retiradas as cercas pois os carroceiros que ali criavam seus animais, obedeceram as determinações e já deixaram a área. Sendo que os mesmos tem direitos iguais enquanto cidadãos. E os mesmos reclamam por igualdade destes direitos. O referido morador diz ter autorização por escrito da Prefeitura Municipal para agir de tal forma, agredindo a todos e ameaçando. Gostaríamos diante do exposto, ser sabedores do que é legal neste caso. No aguardo de resposta para podermos trabalhar tranquilamente.

uma casa própria viemos para cá...A mudança que ocorreu na minha vida, foi a felicidade de sair do aluguel e de trabalhar na escola do meu bairro.”⁷

A senhora Elizabeth Tânia da Costa Silva, 38 anos, natural de Lagoa da Prata, morou em Monte Carmelo, Araguari e há vinte e seis anos está morando em Uberlândia. Nos relata como sua vida estava sendo difícil e ela acreditava que só realizaria seu sonho, obtendo a casa própria:

“Mudei assim que saí das casas, tem onze anos e seis meses que moro aqui. Eu fui uma das primeiras moradoras da minha rua. Eu queria ter uma casa não importava onde, só queria ter a minha casa. Eu vou te contar a minha história (abaixa o tom de voz e fala como se revivesse todo aquele sentimento de angústia). Na época estava desempregada, grávida e morando na casa dos meus pais, não via outra saída a não ser conseguir logo minha casa, mesmo que fosse um cômodo, mas que fosse a minha casa.”⁸

Dona Maria Sílvia Ferreira Vieira, 36 anos, natural de Uberlândia também nos conta o seu desejo de sair do aluguel, de morar no que é seu :

“Saí do aluguel para morar no que é meu, e não há dinheiro neste mundo que pague o meu esforço. Nossa, eu sofri muito para conseguir esta casinha. Quando eu mudei para cá, eu pagava 10 mil cruzeiros de aluguel, e a prestação era de 12 mil cruzeiros. Mas, pelo menos, agora eu sei que não é dinheiro para pagar o aluguel, e sim para pagar a minha casa.”⁹

É importante destacar a necessidade comum de uma parte da população que compartilhava o desejo de se verem livres da exploração do aluguel. A solução que muitos trabalhadores encontraram, como disse o morador Edinaldo, foi o de se inscreverem na promessa da (“liberação das casas populares para trabalhadores, que eles se consideravam ser de baixa renda”).¹⁰

Estes trabalhadores estavam cheios de esperança de adquirirem a casa própria, mas encontraram as primeiras dificuldades quando lhes foram exigidos, pelo setor da habitação popular, responsável pelas inscrições, uma série de documentação e sua comprovação obrigatória.

⁷ Leila Ana Morais Silveira, (entrevista realizada em agosto 2003)

⁸ Elizabeth Tânia da Costa Silva, (entrevista realizada em março de 2003)

⁹ Maria Sílvia Ferreira Vieira, (entrevista realizada em março de 2003)

¹⁰ Edinaldo José Guerra, (entrevista realizada em 03/01/2003)

“Querer ter uma casa própria.

Ser cidadão Uberlandense ou residir, no mínimo, por três anos, com comprovação trabalhista.

Não ter casa própria.

Ter renda familiar de até 5 salários mínimos.

Fazer a inscrição no Setor de Triagem da EMCOP, à rua Vigário Dantas, 415.

Após a entrevista, comparecer à Secretaria para complementar a documentação, assim que for convocado para tal.

A última palavra é da Caixa Econômica Federal. Mas, comprovando não estar negativo no SPC e confirmando a renda familiar, não há mais dificuldade. A casa é sua.”¹¹

Uma parcela de interessados na casa própria enfrentaram as primeiras dificuldades, pois poderiam até encontrar uma forma de pagar as prestações da casa mensalmente, mas não tinham como fornecer a comprovação de renda e todos os documentos exigidos. Talvez pela quantidade e diversidade dessa papelada. A exigência do setor de habitação era que esses documentos deveriam ser entregues organizadamente com os originais, estes seriam xerocados e reconhecido em cartório. Como se expressa em diversas falas os moradores, como é o caso do senhor Wagner José Batista, 35 anos, profissional liberal, técnico em contabilidade tem seu próprio escritório ao lado de sua residência no bairro Mansour:

“Na época foi uma burocracia muito grande, tinha que arrumar bastante documentação e era bem no começo que a Caixa estava fazendo o financiamento”.¹²

O Sr. Wagner nesta queixa, deixa transparecer que além dos transtornos de correr atrás para conseguir providenciar a “papelada”. Havia a preocupação de entregar os documentos exigidos em tempo hábil. Aqueles que não se adequassem a tempo, perderiam o prazo para fazer a inscrição da casa própria.

Dona Iolanda Aparecida dos Santos, 39 anos, era moradora no bairro Roosevelt antes de vir morar no bairro Mansour. Fala que quase desistiu da inscrição por conta dos transtornos dos documentos, e pelo que pude perceber nas entrelinhas da entrevista, dona

¹¹ Revista de divulgação interna Op. Cit..1992 p. 16

¹² Wagner José Batista, (entrevista realizada em 26/11/2002)

Iolanda foi tratada com indiferença, pelos funcionários da EMCOP, que não deram atenção nem explicaram melhor sobre a documentação necessária.

*“Fizemos inscrição na EMCOP, nos exigiram vários documentos, quando chegava lá aquele documento não estava certo e pediam mais documentos, já estava quase desistindo, depois de vários meses e aí eles mandaram a carta dizendo para irmos lá pegar a chave. Nós ficamos muito felizes de parar de pagar o aluguel e pagar algo que é só nosso”.*¹³

Para além desta burocracia dos documentos, há moradores que alegaram ter sofrido constrangimentos por parte dos atendentes da EMCOP. Desconsiderados por serem pessoas carentes e necessitados de moradia, é o que afirma Jane de Paula Tereza Fernandes, 34 anos, mãe de filhas gêmeas, trabalha em casa como embaladora de balas rococó para ajudar na renda familiar:

*“Eu tava grávida de seis meses, um barrigão e tinha que descer aquela ladeira indo e vindo que quando chegava lá precisava de levar mais. Lá na EMCOP as pessoas faziam falta de educação para atender a gente, porque via que a gente era pobre e que precisava, então eles tratam mal, nos olham atravessado.”*¹⁴

Observa-se neste depoimento que a Jane conjuga o verbo ser, no passado (“era pobre”), por achar que não tendo condição financeira de obter a casa própria, realmente se sentia pobre e por depender de uma instituição pública para obter sua casa, foi desprezada e sofreu indiferença por parte dos funcionários da EMCOP.

Os depoimentos transmitem o quanto foi significativo para esses trabalhadores obterem sua própria casa. Ter onde morar, está associado ao reconhecimento da própria dignidade e da valorização de sua pessoa.

De posse de toda a documentação exigida, passaram pelo processo de triagem da EMCOP, no qual apenas uma pequena parcela se enquadrava no perfil.

O alvo dos programas de habitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia deveria ser voltado para famílias de baixa renda, como é propagandeado nos meios de comunicação. Entretanto, famílias que são de baixa renda, não têm como comprovar

¹³ Iolanda Aparecida dos Santos, (entrevista realizada em março de 2003)

¹⁴ Jane de Paula Tereza Fernandes, (entrevista realizada em 19/11/2002)

registro em carteira de cinco salários mínimos, como era exigência para obtenção da casa própria.

De acordo com os dados da OIT, neste século existem quase um bilhão de desempregados no planeta, isto é, quase 30% de toda a força de trabalho. Atualmente em Uberlândia são 72.000 desempregados, sendo que até 1994, apenas 5% dos trabalhadores possuíam carteira assinada, recebendo até três salários mínimos.¹⁵

Nessa conjuntura atual onde grande parte da população vive desempregada, vivendo de expedientes, “biscates”, não havia como preencher as exigências. No decorrer da pesquisa isso foi ficando claro, pois passei a observar no mural da escola e nos portões de algumas residências, quando volto do trabalho, o anúncio de oferta de trabalho de salgadeiras, manicure, costureiras, fabricação de desinfetantes, passadeiras, aulas particulares etc. Buscam trabalhos na cidade como diaristas, serviços gerais, pedreiros, carpinteiros, serventes, garçons, empregadas domésticas que recebem entre um a dois salários mínimos.

Muitas vezes, os critérios determinados refletem muito mais o interesse de pequenos grupos do que o interesse da coletividade, ao invés de servirem para promover a satisfação das necessidades básicas dos moradores e cumprir a finalidade social da administração pública, servem de instrumento de exclusão social. Neste caso em específico o valor determinado como critério para aquisição da casa própria teve como finalidade a exclusão da grande maioria e o beneficiamento de uma parcela mínima que uma vez preenchida esses critérios em relação a maioria dos empregados já estavam naturalmente favorecidos.

A população individual ou coletivamente cria estratégias como forma de se organizar contra as injustiças sociais. Uma parcela não se deixou abater e articulou o famoso “jeitinho brasileiro” de burlar as leis, significando forma de negociação e até de contestação da burocracia da EMCOP.

Forma de negociar as exigências que perpassam desde a comprovação de renda através de uma declaração como pessoa autônoma que aumentaria a complementação

¹⁵ Esta informação foi obtida através do Jornal MGTV 2ª edição, TV Triângulo exibido em 01/05/2003.

salarial, a recorrer à ajuda do “apadrinhamento político” que abriria as portas, ou seja, legalizaria os trâmites para alcançar o objetivo.

“Nóis queria uma casa é no São Jorge, nós pra chegar a essa casinha aqui eu batalhei muito. Isso aqui eu consegui com a ajuda do meu patrão que eu trabalhava, que me ajudou a conseguir esse comodozinho que nós veio pra cá”...
¹⁶

Relata senhora Janete Paes da Silva, 54 anos, natural do Rio Grande do Sul, veio com a família para Uberlândia e morou por alguns anos no bairro Tiberi pagando aluguel. Esta senhora trabalha com serviços gerais em um condomínio nas proximidades do centro da cidade e viu na possibilidade da inscrição de casa própria a saída tão almejada do aluguel. Os sofrimentos causados pelas constantes mudanças, são os móveis que vão se quebrando por não agüentar tanto sobe e desce das carrocerias de caminhões. Sofrimento com constrangimento do proprietário que faz suas exigências para alugar, como a proibição de animais, dá preferência a casais sem filhos e não raras vezes o proprietário busca informações sobre o futuro inquilino, com medo de ser lesado por este. Todos esses fatores acrescentados ao compromisso de todos os meses terem que conseguir dinheiro para pagar o aluguel, torna a vida estressante.

A priori uma grande parcela foi impedida justamente pelo baixo rendimento do salário familiar visto não atingir o valor estipulado pela EMCOP, ela procurou outras estratégias para não ficar de fora do financiamento.

O senhor Rosário Lúcio de Andrade, 58 anos, morador do bairro desde a sua inauguração em 1992. Pagava aluguel numa casa no bairro Martins, trabalhava como conferente, na Empresa Rodoviário Caçula. Diz também que se não fosse a sua esposa ter se queixado a sua “patroa” da difícil situação financeira em que estavam atravessando, não teriam conseguido sair do aluguel, pois o empregador da esposa do Sr. Rosário foi ao Sr. Aristides de Freitas eminente vereador na Câmara Municipal de Uberlândia, que facilitou a desburocratização da papelada.

“Antes de morar no bairro Mansour eu morava no bairro Martins. Paguei 16 anos de aluguel. O sonho da casa própria todo mundo tem. Eu inclusive bati nesta tecla um punhado de vez. Saiu o Luizote II, pejei, não consegui, já estava

¹⁶ Janete Paes da Silva, (entrevista realizada em 19/11/2002).

cansado, desanimado quando surgiu o Mansour e o São Jorge, aí insistiram comigo, pra fazer de novo, aí eu falei. Não vou não. Aí a minha esposa trabalhava com uma senhora perto do Praia Clube e contou para ela a nossa situação. Nós mora de aluguel não tem casa própria. Aí ela falou cês quê tira uma casa, eu vou conversar com o compadre Aristides. Não tem importância falar quem ele é? (me perguntou). No mesmo dia ela conversou com ele, a noite ele mandou um recado pra eu tá com os documentos na EMCOP em mãos prá fazê a inscrição e do jeito que ele pediu eu fiz, e fiquei vários dias correndo atrás de documentos, tirando xerox, aqui, ali, fiz”.¹⁷

O senhor Francisco Assis Zumba (chiquinho), 54 anos, natural da cidade de Itumbiara, veio morar em Uberlândia devido aos estudos dos filhos, atualmente está divorciado. Foi presidente da Associação de Moradores do Bairro por duas gestões. Na entrevista ele deixa claro que para obter a casa recebeu intervenção de um ex-vereador da prefeitura de Uberlândia.

“Morava no Luizote, mudei para o Mansour em setembro de 1991. Surgiu este bairro. Eu tenho um amigo o vereador Waldeck que me perguntou se eu queria uma casa e aí mandou eu ir lá na casa dele, já arrumemos os papéis e logo a casa saiu, aí eu era empregado na granja, sai da granja peguei o dinheiro e reformei, muito bem reformado”.¹⁸

A senhora Jane apresenta a mesma fala dos demais moradores e acrescenta:

“Eu tive que arrumar um padrinho porque 90% do moradores daqui contam a mesma história, se não fosse fulano eu não taria aqui hoje. Eu se não fosse a administradora da SERMED, eu não tava aqui, eu sei que não tava porque acho que na época o primo dela era diretor da EMCOP”.¹⁹

Edinaldo evidencia também que recebeu ajuda de um vereador da cidade. (“Quando eu consegui a casa a gente teve ajuda do atual vereador Adicionaldo do Reis”).²⁰

Nas declarações coletadas das entrevistas, não deixa dúvidas de que uma parte dos moradores obtiveram a casa própria, com a ajuda de pessoas ligadas à Prefeitura Municipal ou diretamente ligados ao setor de habitação, seja funcionários, vereadores, diretor de empresa que presta serviços ao setor. E as pessoas até encaram esta prática como estabelecida ao longo do tempo e que não irá mudar.

¹⁷ Rosário Lúcio de Andrade, (entrevista realizada em 28/11/2002).

¹⁸ Francisco Assis Zumba, (entrevista realizada em 03/01/2003).

¹⁹ Jane Op. Cit..

²⁰ Edinaldo Op. Cit.

Acredito que a prática de apadrinhamento é uma questão histórica que permeia todas as classes sociais. Está ligado com o fato histórico em determinado momento quem é que detém algum poder temporário ou efetivo. De outro lado aqueles que de alguma forma necessitam do benefício variado, podendo ser favorecimento pessoal ou familiar. Uma entidade pública ou privada. Pode ser benefícios em relação a aquisições, em relações a cargos, funções, concessões e outros. O que alimenta esta prática de um lado o detentor do poder, ou seja, por estar fazendo parte ou conhecer direta ou indiretamente quem o detém. De outro lado a pessoa necessitada de pouco acesso ou quase nenhum, podendo servir como base de troca desde o simples voto até reduções de preço, doações e coisas de grande monta. Exemplo são as empresas grandes que deixam de pagar imposto. Se torna um tráfico de influência, decorre do favorecimento de influência que a pessoa tem estado sujeita a um poder maior.

Maria do Carmo Soares, 35 anos, há onze anos é moradora do Mansour. Antes morava de aluguel no bairro Daniel Fonseca. Maria do Carmo lembra o quanto foi importante conhecer Luís Humberto Carneiro e através de sua influência como homem público, conseguir obter o seu terreno:

“Fui na Secretaria de Habitação e esse terreno era de uma outra pessoa, mas não estava pagando, mais aí o Luís Humberto arrumou a documentação toda e a pessoa assinou. Eles me isentaram de alguns documentos e taxas que tem que arrumar, mas isso porque ele me ajudou se não, não teria conseguido. Ele me procura, vai na minha casa tomar café. Ele vai, ele liga. Ele fala que se ele candidatar a prefeito, ele vai ajudar a fazer minha casa. Ele é bom demais, eu gosto demais dele. Meu irmão ficou doente e eu não tinha um tostão. Ele falou passa no meu escritório que te arrumo o dinheiro.”²¹

Desta forma pelas necessidades que enfrentam, o voto destas pessoas se torna um instrumento de barganha uma negociação, utilizado por moradores para conseguirem benefícios. Benefícios estes que deveriam ser obrigação do Estado, articulada e organizada pelo poder público. Laurindo leva-nos a pensar:

“o voto toma a figura de uma mercadoria. Longe de expressar a livre afirmação de uma vontade individual, o voto é um mecanismo pelo qual a pessoa

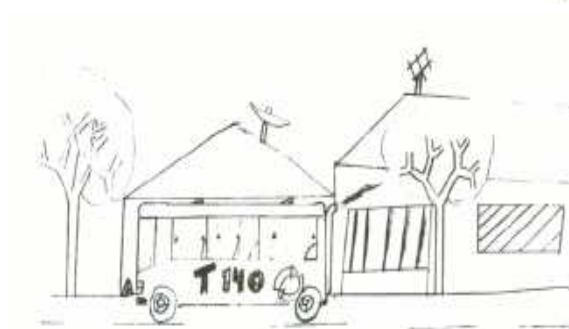
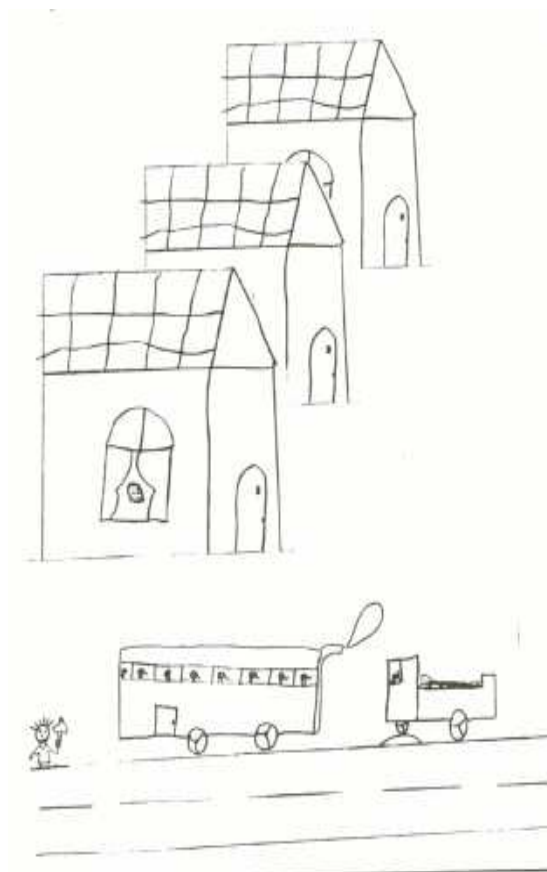
²¹ Maria do Carmo Soares, (entrevista realizada em 23/05/2003).

*obtem algo para si ou para o grupo restrito e uma “dívida” contraída anteriormente.”*²²

Os políticos oportunistas que não tem compromisso com a comunidade, usam do cargo que são eleitos para atender seus interesses particulares, ou seja, conseguir a obtenção dos votos no dia da eleição, através da realização de favores pedidos pelos moradores, como se pagassem uma dívida.

Porém, podemos observar que por “traz” de atitudes como esses, há também pessoas com posições políticas éticas e muito claras, como por exemplo alguns moradores do bairro Mansour que recebiam ajuda política na obtenção da casa própria. Contudo, estes moradores não se tornaram alienados, mas participam da vida política. Vão até a prefeitura e cobram as promessas de campanha.

²² PEREIRA, Laurindo Mèkie, Op. Cit..2001 p.64.



Fonte: OLIVEIRA, Romilda Aparecida Cardoso de, História do bairro Mansour.

Capítulo II

Construção de Moradias e Relações de Convivência

Neste capítulo pretendo discutir, como os moradores reconstruíram as relações de vizinhança, uma vez que vieram moradores de todos os lugares da cidade para começarem uma nova fase em suas vidas. Paulatinamente foram elaborando estratégias a fim de solucionar os problemas mais comuns vivenciadas no bairro.

Depois que os moradores, aos quais nos referimos anteriormente, passaram pela triagem e toda a documentação organizada e principalmente com a ajuda do padrinho em acelerar o processo de seleção do futuro morador, restavam-lhes o tempo da espera. Expectativa envolta em um clima de sonhos e de realização, de finalmente estarem morando dentro do que é deles, sentirem-se donos do seu próprio espaço, ainda que para alguns, a consciência é de que a casa só será sua quando quitarem o financiamento, demonstrado na fala da Sra. Eny, 45 anos, mulher de personalidade forte, batalhadora, vice presidente do bairro, proprietária de um boteco na rua Rio Reno, do qual retira seu sustento e ajuda os vizinhos mais necessitados. Quando fui visitá-la na ocasião da entrevista, a surpreendi doando alimentos do seu estabelecimento a uma pessoa conhecida. Quando lhe perguntei porque da doação, ela me disse que poderia dividir o que tem com quem precisa. Observei também que ao lado de sua casa, em um terreno abandonado, havia plantas medicinais e uma frondosa árvore frutífera chamada seriguela. Eny me explicou que plantou e cuidou desta árvore para que as crianças sem opção de lazer, brincassem à sombra da mesma e pudessem saborear seus frutos

A concepção de propriedade da Eny expressou-se no momento da entrevista dessa forma: (“Enquanto que a gente tá pagando não é da gente né, só a partir do momento que ela se torna sua no papel né”...) ²³

Esta opinião não é partilhada por todos, pois para outros, foi a realização da casa própria, a oportunidade de não ter que se preocupar em pagar o aluguel no fim do mês e fazer outros planos com este. O Sr. Rosário nos relatou que mal se conteve de alegria,

²³ Eny Maria Borges, (entrevista realizada em janeiro de 2003).

quando estava no trabalho e foi chamado pelo seu chefe a atender um telefonema da EMCOP, pedindo que comparecesse às 13h do dia seguinte para assinar o contrato da casa:

*“Na época eu trabalhava no Rodoviário Caçula, aí o telefone tocou e era da EMCOP. A moça falou, para eu comparecer na EMCOP a uma hora da tarde com a esposa, lá na FENIUB para assinar o contrato. Assim eu fiz e assinei aquele contrato doidinho já! E ela disse que quem quisesse ir conhecer a casa, pode ir e me deu o endereço (sua fala condizia com expressão de encantamento). Minha esposa veio, mas o zelador já tinha ido embora, ficou pro outro dia. No outro dia ela veio e pegou a chave”...*²⁴

Já outros moradores, se expressaram na questão da liberdade que teriam, principalmente obter privacidade, é o caso do jovem estudante Edinaldo, 21 anos, portador deficiência física. Esta limitação física não o impediu que atuasse como mobilizador e reivindicador de melhorias para o bairro. Atualmente trabalha como entregador de panfletos para ajudar o pai nas despesas domésticas:

*“Mudamos para o bairro em 25 de julho de 92. Antes de vir para o Mansour eu morava em casa de herdeiros e onde mora várias pessoas a gente tem limitações, não tem privacidade, gera muitas contendas e também porque o meu pai trabalha na Sadia, de auxiliar de serviços gerais, então este bairro é o mais próximo do trabalho do meu pai”.*²⁵

Quando chegaram os primeiros habitantes para conhecer a moradia, se depararam com a difícil realidade que teriam que enfrentar, o estado do bairro era precário sem falar na situação das casas. As casas eram pequenas, com apenas dois cômodos, um banheiro, sem reboco e com piso grosso. Foi muito complicado para os moradores, podíamos sentir através da fala, durante as entrevistas, o sentimento de decepção. O Sr. Rosário que colocou anteriormente a expectativa de finalmente ir para o lar, relata-nos:

*“...eu cheguei aqui, aquele trezininho desse tamanho assim (faz gesto se referindo ao tamanho da casa), e falei: Mesmo assim dá pra nós dois mudá, minha mulher falou: não vai, não cabe nada aqui... Eu disse: deixa um pouco de trem lá no terreiro”...*²⁶

Havia outros moradores que compartilhavam do mesmo sentimento de frustração e revolta, pois quando para o conjunto se dirigiram, levavam a esperança de começar uma

²⁴ Rosário Lúcio Op. Cit...

²⁵ Edinaldo Op. Cit.

²⁶ Rosário Op. Cit.

nova etapa da vida. Esperavam estar realizando aquilo que seria um momento de grande alegria, porém ficaram decepcionados ao encontrarem o bairro naquela situação, exemplo são as queixas da Sra. Maria Luiza do Amaral, 35 anos, natural de Coromandel, mora em Uberlândia há 20 anos. Ela e seu cônjuge quando mudaram-se para o bairro ainda estavam recém-casados, traziam na bagagem o começo para uma vida feliz, mas...

“Quando eu vim aqui não era aquilo que eu imaginava que seria minha casa. Quando eu cheguei aqui, não tinha nada arrumado, como eles falavam né. Entregaram só rebocado por fora, por dentro sem reboque, só no piso grosso. Eles falavam né, que iriam entregar toda rebocada menos o piso, mas não entregou, a ruas estavam sem asfalto, sem rede de esgoto... O dia que eu mudei, começou a rodar o ônibus, mas a gente descia a pé pro Luizote saía com um sapato e levava outro na bolsa. A linha começou com dois ônibus, depois rodou mais ônibus. Gastava mais de 40 minutos daqui ao centro.”²⁷

A senhora Janete reclama muito até hoje daquela situação de humilhação, porque é assim que ela se sente. Como é que iria caber sete pessoas dentro da casa devido ao pequeno tamanho:

“Quando eu mudei pra cá, é o seguinte, isso era um poeirão. No tempo da poeira veio mosquitos daquela granja ali, aquele mosquito que invadiu o Mansour inteiro, fazê uma comida aqui tinha que tampá a comida (panela), tinha que fazê mais de noite. Enquanto não acabou com o depósito da granja, não melhorou este Mansour. Depois começou a fazer o asfalto, aí foi melhorando né, que nós descia pro Luizote, atolava no barro aqui, que era chuva até lá né, tinha que levar chinelo na mão, minha filha...Aqui era um embrião um quartinho conjugado com cozinha né, e um banheirinho, que no dia mesmo que eu recebi lá, que a Caixa foi me entregar falou: Há dona Neta agora a senhora é uma proprietária de uma casinha. Eu digo: _ É escute aquilo pra mim não é casa, é um muquifô, eu vou bota os trem dentro da casa e o corpo pro lado de fora...vou ter uma casa como diz vocês, mas vou pagar em 25 anos, por aquele muquifô. Quando cês fez, podiam ter feito uma casa maiorzinha, antes que pagasse mais, mas era uma coisa que coubesse lá dentro”.²⁸

Analisando a fala destes moradores, o sonho da casa própria transformou-se em pesadelo, sofrimento e privação. Por serem casas pequenas alguns moradores precisaram dispor de alguns móveis para que tivessem espaço para se locomover dentro da casa. Sentiram a falta de água, em algumas ruas há ausência de rede elétrica e as ruas do bairro não eram pavimentadas, apenas foram cascalhadas. Os ônibus que trafegavam pelo bairro

²⁷ Maria Luiza Op. Cit.

²⁸ Janete Op. Cit.

eram poucos, por isso as pessoas que tinham horário de chegar ao trabalho, precisavam andar até o ponto de ônibus do Bairro Luizote. Na época da seca o bairro era tomado por nuvens de poeira causava problemas de saúde como bronquite, irritando as donas de casa e os raros comerciantes que insistiam em lutar contra a sujeira nos estabelecimentos. Durante a temporada de chuva os moradores atolavam nas poças de barro existentes por todas as ruas. Acabou tornando hábito dos moradores levar na bolsa um par de calçados de reserva para quando entrassem nos ônibus.

João Batista Soares da Silva, 36 anos, solteiro, também se queixa ao relembrar as dificuldades pelo que passou.

*“Vim morar no bairro em 92, meu pai financiou a casa pela Eldorado. No começo eu não gostei custei a me acostumar, eu nem ficava aqui, eu só fiquei porque era minha casa. Era pequenininha daquela, totalmente diferente de onde a gente morava, numa casa de aluguel no bairro Roosevelt, lá a casa era espaçosa. A nossa casa tinha 27 metros, nem podemos vir toda família para cá, porque não cabia, nós somos ao todo nove pessoas, mas viemos em sete para cá. Nós ajeitamos como podia, espalhamos colchões pela sala um tempão e ainda tinha que caber a minha moto que tirava para fora no outro dia bem cedo. Em dias de chuva era difícil sair de casa. Para ir para o trabalho era difícil para meu pai e irmã que iam de ônibus”!*²⁹

Quando comecei a deixar as pessoas falarem o que elas queriam sem interferir com perguntas, estes depoentes foram revelando, remexendo nas memórias trazendo à tona histórias de revolta, de indignação. Os fatos trazem semelhança com acontecimentos que se sucederam da mesma maneira com outros vizinhos da mesma rua ou de outras ruas. A maneira como esses moradores enfrentaram, ou ainda enfrentam, e se adaptam às dificuldades, são fatos evidentes. É assim que a senhora Jane traz a tona mostrando que tipo de estratégia ela usou para enfrentar dificuldades no cotidiano:

(abaixa o tom de voz e fala com tristeza), *“as crianças pequenas, as gêmeas de oito meses, a gente passava a maior dificuldade, sair com estas meninas debaixo de chuva, poeira. O Luciano (esposo) saía debaixo de chuva, para pedir que o homem ligasse a minha energia, eu disse para ele: Eu te dou café, almoço para que você ligue a minha energia. Para pegar ônibus eu tinha que ir lá para o Luizote, telefone era só no Luizote”*.³⁰

²⁹ João Batista Soares da Silva, (entrevista realizada em março de 2003).

³⁰ Jane Op Cit.

Sr. Rosário também inventou suas estratégias para paliar problemas que aconteciam na época da chuva:

*“...quando chovia a enxurrada passava beirando onde é a calçada, fazia aquele buracão, para atravessar tinha que fazer pinguela. Nós sofremos muito, quando não era barro era poeira”.*³¹

Para aumentar ainda mais as condições precárias dos moradores do bairro, havia a invasão das moscas que não davam sossego para ninguém. Foi um problema em comum que atingiu todos os habitantes do local e só foi possível a solução mediante as reclamações aos órgãos públicos. Sobre isso comenta dona Cecília, 57 anos, uma típica gaúcha, mudou para o bairro em outubro de 92. Foi o filho que adquiriu o financiamento da casa própria, então ela diz ter pensado que na época estaria fazendo um grande progresso (construir um cômodo de comércio para trabalhar). Ela espontaneamente foi contando a história da invasão das moscas:

“Havia muitas moscas por causa da granja, eu coloquei um saco de açúcar lá fora porque não cabia nada dentro da casa, era pequena demais, quando olho havia uma enxame de abelhas. Quando me mudei havia apenas um cômodo comercial o do Renato Mansour.

*Um dia me chamaram até a EMCOP e era o Ari o chefe da época. Ele me perguntou: _ Nós queremos que fale a verdade do que acha sobre as casas! Eu disse- Eu vou falar com sinceridade, quanto é que vocês pagaram para o engenheiro liberar esta obra tão suja, pois os meu móveis ficaram todos do lado de fora. O tijolo usado na construção é de terceira categoria, o roubo da EMCOP é pior que o da previdência. Veio o engenheiro e condenou a casa porque quando passava o asfalto ela estava caindo, trepidava toda. O engenheiro mandou a minha filha sair da casa, porque nem alicerce tinha. Então quando eu voltei do Rio Grande do Sul... do passeio, estava caindo a porta, quebrando paredes, tudo...tudo... Arrumei a casa, paguei mil cruzeiros pelo concerto. A Caixa Econômica só mandou o vitró que quebrou por causa da própria trepidação. Não havia caminhão de lixo, era tudo aberto, nós jogávamos o lixo no quintal baldio. Não tinha bueiro ainda e o diretor da obra começava um e não terminava, aí eu briguei: você começa uma obra e não termina, tem crianças que podem cair no buraco. As ruas estreitas é de duas mãos. O engenheiro comprou o diploma. Havia os serviços mínimos de infra estrutura.”*³²

Nesta entrevista percebemos um grande sentimento de revolta e indignação. Dona Cecília tem consciência dos vários problemas existentes, principalmente da reforma que foi obrigada a fazer devido a má qualidade dos materiais usados na construção. Denuncia que

³¹ Rosário Op. Cit.

no trepidar das máquinas que faziam o asfalto, a estrutura de sua casa ficou comprometida. A empreiteira tinha o objetivo de economizar no material empregado. Trouxe transtornos aos moradores devido a rápida destruição dos imóveis.³³

Desta forma, os textos provenientes do diálogo com esses moradores possibilita-nos momentos de reflexão. As imobiliárias empurram os trabalhadores de baixa renda, que precisam de moradias, para áreas tão isoladas do centro da cidade. Vítimas das más condições dos serviços urbanos, transporte coletivo insuficiente, ainda que estes trabalhadores também sejam contribuintes com os impostos como qualquer outro cidadão, que more em áreas privilegiadas. Havia no bairro pessoas que tinham a consciência deste isolamento, como por exemplo a senhora Maria Olímpia funcionária municipal, morou no bairro Mansour em 92, atualmente mora no bairro Martins: (“A situação do bairro era muito difícil, nós estávamos isolados do centro da cidade até lá era um mato só”...)³⁴

Nos arredores do bairro Mansour, evidencia-se a existência de dois novos bairros sendo comercializados. O bairro Rocha e Silva e o bairro Jardim Europa. São terrenos que estão sendo vendidos atualmente com certa valorização, tendo um melhor visual. Residências de maior qualidade e mais caras. Os novos bairros contêm infra-estrutura, compreendendo os serviços de eletricidade, asfalto, transporte coletivo, esgoto e água poderiam ser provenientes do bairro Mansour. Para alguns moradores isto significa, especulação imobiliária.

Com o aparato da administração pública, é o que diz a mestra Maúcia Vieira dos Reis, *“teve como suporte e incentivo a própria máquina administrativa do Município. O ex-prefeito, Virgílio Galassi(...) Diz que o mercado imobiliário em Uberlândia se ‘desenvolveu à margem das pessoas que a administraram durante cento e tantos anos’; e que estas administrações se destacaram pelo dinamismo dedicado a cidade.”*³⁵ A especulação se transformou em algo comum pois o Sr. Virgílio Galassi justifica e acha benéfico a união do

³² Cecília Op. Cit.

³³ Ofício s/nr/97. Sr. Superintendente. Na qualidade de Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Mansour AMORBAM, venho solicitar de V.as providências no sentido de determinar a realização de uma Perícia Técnica em todos os imóveis do conjunto Mansour, vez que os mesmos apresentam vários tipos de danos e todos são hipotecados a favor da Caixa Econômica Federal- CEF.

³⁴ Maria Olímpia Mendes, (entrevista realizada em 21/01/2003).

³⁵ REIS, Maúcia Op. Cit. 2003. P. 44.

prefeito, proprietário, empresário. Torna-se mais fácil administrar e desenvolver a cidade. Leonardo narra sua indignação:

“Fico indignado com a exploração das imobiliárias que aproveitam de nós os trouxas que compramos essas casa caras e depois constróem esses conjuntos nobres em volta para se aproveitar do que nós com dificuldades pagamos, como os imposto para infra estrutura, água, luz e asfalto, depois é só puxar para lá está próximo.”³⁶

Percebe-se na fala de Leonardo a revolta, o sentimento de ter sido prejudicado. Pois ele percebe como especulação imobiliária, o novo bairro que está sendo construído localizado a cima do bairro Mansour. Este novo bairro tem sido propagandeado como sendo um bairro com infra estrutura completa, escola próxima do bairro Mansour, linhas de ônibus, segurança (posto policial). A revolta do Sr. Leonardo tem sido por lutarem paulatinamente para conseguirem melhorias para o bairro enquanto o novo bairro conseguiu estas melhorias sem tanto esforço.

Desta forma, conscientes as pessoas não se conformavam com as dificuldades e uma busca de resolução. Os moradores apelavam para o vereador mais próximo, acompanhadas de assinaturas. De certa forma estes abaixo- assinados funcionavam como alerta aos vereadores de que os moradores estavam descontentes com o descaso do mesmo.³⁷

Para muitos moradores quando interpelados por que escolheram morar no Mansour dizem que é por ser mais próximo do centro, apesar da distância não é tão longe quanto o bairro Morumbi ou outros bairros mais novos, não tem tantos problemas. Quem nos expõe é a senhora Elizabeth:

*“Quando eu estava noiva e fiz inscrição da casa própria e saiu no são Jorge ou no Mansour que fica próximo ao Luizote que eu considero ser um ótimo bairro desenvolvido, com acesso ao centro da cidade”.*³⁸

Portanto não há generalizações de opiniões, pois para outros moradores o fato de estarem morando neste bairro, foi por falta de opção. Como é o caso do Sr. Leonardo que

³⁶ Leonardo Op. Cit.

³⁷ PLENÁRIO (16/06/96) Bairro Mansour é um dos bairros da cidade que, ultimamente tem recebido mais de cinco pedidos de melhorias por semana. Pedidos como: quebra molas; itinerário da linha de ônibus; iluminação de várias ruas, passagem ligando Nosso Lar ao Mansour.

³⁸ Elizabeth Op. Cit.

desabafa dizendo o seguinte (“A casa saiu pra mim neste bairro, mas não tinha outra alternativa”...) ³⁹

O Sr. Wagner também narra a sua falta de escolha, baseado na dificuldade financeira de não poder comprar um imóvel no local que prefira:

“O fato de morar aqui é por falta de opção, mas o que fazer na atual circunstância. Não tem como escolher, tem vontade de ter uma casa mas vê pelas condições que dá hoje. A que a própria instituição favorece pra gente”. ⁴⁰

Conversei com alguns conhecidos moradores do bairro Luizote e falei que estava fazendo uma pesquisa dos habitantes do bairro Mansour. Perguntei se lembravam quando os moradores do Mansour chegaram, a ocupar o bairro que trouxe movimento maior ao Luizote.

A resposta que recebi de alguns, foi de indiferença, que não se lembravam mais. Já outros, deixaram transparecer na fala, que sentiram um pouco irritados, devido ao tumulto, principalmente nos ônibus, pois se espremiavam para que todos coubessem.

O depoimento de Jane e do João Batista, traz elementos que a reflexão sobre como os moradores do Mansour se sentiram na relação estabelecida com uma parcela da população do Luizote. Uma relação marcada pela indiferença, discriminação e dependência. João Batista tem razão quando se reporta a necessidade de depender do bairro Luizote, que para muitas pessoas é considerada uma pequena cidade. As características são as de bairro bem desenvolvido, o comércio bem estruturado e variado, com áreas de lazer e esporte para os jovens, escola de ensino fundamental, médio e creche. Enquanto o bairro Mansour é desprovido e necessita destas estruturas para se tornar um bairro mais independente. Jane nos relata:

“O ônibus eu tinha que ir lá para o Luizote, telefone era só no Luizote. Os moradores de lá, nem reclamaram muito, mas também não dava bola, tinha que trabalhar...Não tinha ninguém para olhar as crianças para mim, fiz inscrição umas três vezes no EMEI (Módulo de Educação Infantil/ única creche do Luizote), não tinham onde colocar todas as crianças”. ⁴¹

³⁹ Leonardo Op. Cit.

⁴⁰ Wagner Op.Cit.

⁴¹ Jane Op. Cit.

João Batista denuncia que sofreu discriminação por parte dos alunos da escola estadual no Luizote, uma vez que a escola municipal do Mansour, atende apenas alunos do ensino fundamental. Os alunos do ensino médio precisam procurar outras escolas em outros bairros e a escola mais próxima que atende ao ensino médio é a escola estadual Juvenília Ferreira Santos no bairro Luizote:

*“Quando eu precisei voltar para a escola o pessoal da escola no Luizote discriminava a gente, eles criticavam nos chamando de “pés sujos”. Até hoje dependemos um pouco do Luizote, mas já diminuiu bastante”*⁴²

Helen Ferreira Porfírio, 33 anos, mãe de dois filhos, professora na escola do bairro, fala como dependiam do comércio e também dos médicos do posto de saúde do bairro Luizote:

“...problema com poeira que meu filho teve, bronquite e o recurso mais perto era o posto de saúde do Luizote. Para fazer compras de alimentos dependíamos do comércio do Luizote. Com o passar dos anos asfaltaram o bairro, foram surgindo alguns supermercados, foi ficando melhor”.⁴³

Os comerciantes foram os que mais lucraram com o aumento de suas vendas, ampliando o seu comércio, principalmente na avenida José Fonseca e Silva que tem acesso direto ao bairro Mansour.

Os primeiros moradores possuíam um sentimento de decepção e descontentamento pela real situação precária que encontraram o bairro. Há moradores que em seus relatos narraram que foram tomados de um sentimento de solidão. Talvez porque no endereço onde moravam anteriormente tinham seu grupo de amigos e ao mudar para um outro bairro, perderam o contato. A amizade e companhia dos novos vizinhos foi fundamental para superar a solidão. É como se exterioriza Leila Maria:

*“Eram poucos moradores e na minha rua só morava eu e a minha família. O que me incomodava era a solidão, falta das pessoas. Aos poucos fomos acostumando com o bairro, as pessoas foram chegando e o bairro foi melhorando”*⁴⁴.

⁴² João Op. Cit.

⁴³ Helen Ferreira Porfírio, (entrevista realizada em março de 2003).

⁴⁴ Leila Maria Op. Cit.

Maria Olímpia, relata-nos que na sua gestão como presidente da associação de moradores, recebeu reclamação de uma moradora que se apercebeu no sentido mais amplo de solidão e isolamento da existência do bairro. Como se o bairro não existisse dentro da cidade.

*“O nosso bairro não aparece, ninguém nasce aqui, ninguém morre, ninguém rouba aqui”. “É porque ela ouvia o programa do Misaque Lacerda que falava de tudo quanto é bairro menos o Mansour”.*⁴⁵

Aos poucos foram se dando as relações de vizinhança, das amizades que foram surgindo, a partir de problemas comuns. As mudanças foram acontecendo lentamente. A nível econômico, os moradores começaram a investir na construção do aumento da casa. Ainda que não tivessem condições financeiras favoráveis, muitas famílias tinham a necessidade de reformar a casa, organizarem os espaços. Além da sra. Daguimar e do sr. Rosário moravam juntos, sua filha Iara, o esposo e o filho Herick. Dentro da casa mal cabiam os móveis. Sua fala explica como essas mudanças aconteceram.

O Sr. Rosário diz que: (“então nós fomos mexendo, emenda um pedaço aqui, outro ali e hoje está desse tamanho que tá aí”).⁴⁶

Dona Janete também não ficou para trás, tratou logo de conseguir aumentar o “muquifo”: Pelo que consegui captar na entrevista, D. Janete era a única que tinha serviço fixo. Os demais filhos sobreviviam de biscates. Então ela se despede da timidez e pede ajuda no local de trabalho. Não sei se a casa depois de reformada ficou como ela queria, porém o bar construído na frente da casa garante ao marido um trabalho e um dinheiro para os gastos. Janete contou como conseguiu fazer sua reforma:

*“...eu pedi ajuda a todos os moradores do meu serviço, eu comprei dois dinheiro de tijolos, fizemos aumento, um cômodo e entramos prá dentro dela....”.*⁴⁷

Nas conversas informais que mantenho com algumas moradoras, principalmente as que trabalham comigo na escola municipal do bairro fala-se que nos primeiros anos de convivência, os vizinhos tinham maior integração, talvez porque todos eram partícipes dos

⁴⁵ Maria Olímpia Op. Cit.

⁴⁶ Rosário Op. Cit.

⁴⁷ Janete Op. Cit,

sofrimentos ocasionados pela falta de estrutura no bairro. Em volta das casas, não havia muros ou portões, a comunicação entre ambos era livre.

Marta Helena Campos de Assis, 43 anos, supervisora escolar da escola do bairro, mãe de dois filhos. Relata como a amizade com os vizinhos é importante:

“Vim morar aqui em agosto de 92, eu fiquei muito feliz quando vi minha casa. Foi a última etapa rebocado e passado cal, porém o quintal era aberto. A relação com as vizinhas era muito boa, quando eu vim ainda não havia ligado a energia, então pedia emprestado com as vizinhas durante mais ou menos vinte dias. Hoje somos apenas três das vizinhas mais antigas. Os meninos cresceram juntos e são amigos até hoje. Com os muros aumentou a privacidade da casa mais a relação foi aprimorada, porque aí elas observam com mais capricho e mais interesse porque se o portão está fechado e alguém bate no portão, elas olham pra gente, sobem no muro. Temos relação de pratinho, eu nunca tinha tido esta relação de amizade com vizinho. Porque quando eu morava de aluguel não era assim, os vizinhos foram saber do meu filho quando ele nasceu não tinha relação de amizade. Eu chamo atenção dos meus filhos e dos outros, a gente cuida dos filhos uns dos outros. Põe comida pro meu cachorro, molham as minhas plantas. Eu trabalho no bairro, eu faço compra nas lojas do bairro. Eu quase não saio deste bairro para ir para o centro da cidade...”⁴⁸

Marta possui um sentimento de pertencimento ao bairro, talvez reforçado pelas relações de vizinhança que para ela não representa apenas morar do lado, e sim compartilhar da vida uma da outra.

Depois alguns dos vizinhos mudaram, alguns por não se adaptarem, outros por problemas de saúde. Elizabeth lamenta por não ter continuado com os planos da casa nova devido a doença do filho:

“Quando eu vim pra cá, eu já era casada e tinha um filho de seis meses e meu filho adoeceu, ficou com uma alergia terrível por causa da poeira, então voltei novamente para a casa dos meus pais.”⁴⁹

Com o passar dos anos, a frente das casas foram tomadas de outras formas, ergueu-se em volta das casas altos muros na sua maioria de tijolão, para que atingisse maiores alturas que as placas de muro comum. A realidade do cotidiano para esses moradores mudou, algumas conhecidas, disseram que não têm mais tempo para conversar com as vizinhas como era de costume, porque precisam trabalhar em tempo integral para ajudar na renda familiar. D. Ana Siléide Borges Souza, 51 anos, veio da cidade de Indianópolis, mora há nove anos no bairro, mãe de nove filhos dos quais somente três são casados e não

⁴⁸ Marta Helena campos de Assis, (entrevista realizada em 23/05/2003).

⁴⁹ Elizabeth, Op. Cit.

moram na mesma. O esposo Sr. Simonir trabalha como cobrador dos ônibus da Transcol. D. Ana Siléide cata papel e garrafas descartáveis o dia todo, juntamente com as três filhas menores para contribuir com as despesas no fim do mês: (“Nóis precisa catar garrafa e papel pra vende pra nós ganhá dinheiro pra compra as coisas pra comê.”)⁵⁰

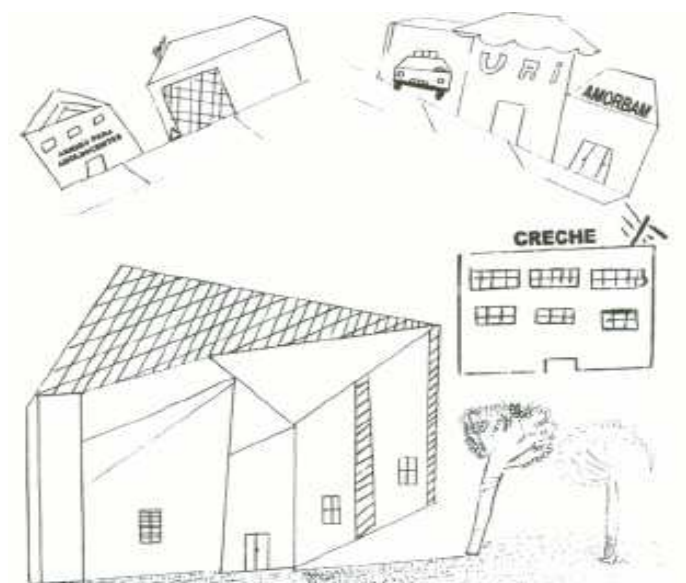
Quando me aproximei de algumas residências no bairro, a fim de observar as reformas, que empreenderem. Muitos dos quais, de acordo com as possibilidades financeiras, infringindo o modelo padrão de construção de casas populares. Em algumas residências senti que as pessoas me olhavam com desconfiança do lado de fora das grades do portão.

Desconfiança proveniente talvez do medo. Medo que vem da violência das ruas e até mesmo do lar. Pesquisei no (PISC) Posto Integrado de Segurança e Cidadania do bairro e pude obter a informação de que os boletins de ocorrência, na sua maioria foram ocasionados pelo vício na maconha, crack e o alcoolismo. Realidade não só local, porém contundente no país.

Uma parcela das crianças do bairro convivem com esta triste realidade, verem seus pais alcoolizados e elas mesmas serem vitimadas através da violência física verbal, psicológica proporcionada pelo pai. As crianças tem consciência de que algo poderia ser feito para ajudar os pais. (“Menos violência, a cura para o alcoolismo e para dependência de entorpecentes.”)⁵¹

⁵⁰ Ana Siléide Borges Souza, (entrevista realizada em 03/01/2003).

⁵¹ OLIVEIRA, Romilda Aparecida Cardoso de , História do Bairro Mansour. P. 14.



Fonte: OLIVEIRA, Romilda Aparecida Cardoso de, História do bairro Mansour.

Capítulo III

Organização da AMORBAM

Como vimos, o momento de chegada ao bairro, e os anos iniciais, não foram nada fáceis para os moradores/sujeitos dessas discussões.

Tiveram estes que enfrentar a lastimável falta de infra-estrutura: asfalto, coleta irregular de lixo, número insuficiente de ônibus coletivo, esgoto sem canalização adequada caindo diretamente no córrego do Óleo, provocando mal cheiro e refúgio de animais peçonhentos que invadem as residências à procura de alimentos⁵².

No entanto, esse início difícil, vivido por tais moradores, não foi um fato isolado ou somente local. Se ampliarmos o nosso olhar observaremos que em Uberlândia, nos anos 1989/1992, foi marcada: pelo crescimento físico e a ampliação das áreas habitacionais da cidade.

Esse período correspondeu ao mandato federal do Presidente Fernando Collor de Melo. O governo Virgílio Galassi conseguiu verbas do governo federal em troca do apoio a este presidente para construção de obras como conjuntos habitacionais, que contribuiu para a expansão da cidade e ao mesmo tempo contribuiu para manter a grande especulação imobiliária.

A administração Virgílio Galassi convocou organizações sociais e da iniciativa privada para tomar parte no governo propondo atingir os objetivos determinados. O prefeito havia prometido 10.000 unidades residenciais para a população de “baixa renda”.

⁵² Esta situação trouxe aos moradores uma insegurança constante. As margens do córrego há uma área verde que, ao nosso ver, poderia ser utilizada como lazer, porém, ao invés disso propicia riscos de perdas de vida. Uma vez que os alunos menores quando saem da escola, constantemente são pegos distraídos, olhando sob a profunda voçoroca. O que torna o perigo ainda maior é o fato de não haver, em volta da ponte, calçamento ou corrimão de segurança. Vide Ofício 006/98 À Secretaria de Serviço Urbanos. “Pelo presente solicitamos que essa secretaria coloque pedras em poço localizado ao lado do córrego do Pito Aceso, entre os bairros Mansour e Nosso Lar. O referido local já foi responsável pela morte de uma criança, o que provocou a tristeza e indignação de pessoas que moram nas proximidades do córrego. Contando com vossa colaboração, esperamos que as medidas cabíveis sejam tomadas com a urgência, evitando futuros transtornos”.

A partir de então a cidade se tornou um grande canteiro de obras como percebemos através da revista de divulgação do meio ambiente:

*“Conjuntos habitacionais entregues Parque São Jorge IV; bairro Mansour. Conjuntos habitacionais em execução: Parque das Paineiras (setor S. Jorge); Parque das Laranjeiras (setor S. Jorge); Residencial Regina (setor S. Jorge); Jardim Aurora (1º; 2º e 3º etapa- setor S. Jorge); Parque São Gabriel I; Parque São Gabriel II; Parque São Gabriel III; Parque Guarani III; Parque Guarani (2º etapa), Parque Guarani IV, Santa Mônica II; Santa Mônica (2º etapa). Conjuntos habitacionais a iniciar: Santa Mônica II (3º etapa, 4º etapa e 5º etapa); Residencial Jussara; Residencial Rubens Pereira; Residencial Carolina.”*⁵³

Entretanto, as casas dos conjuntos habitacionais foram entregues aos moradores, com infra-estrutura precária, casas padronizadas, acabamento incompleto – com reboco apenas do lado de fora, por dentro piso grosso, e cômodos muito pequenos. Decepcionando as centenas de moradores que ali depositaram seu sonho de realização. É o que D. Iolanda expressa:

*“Nós ficamos muito felizes de parar de pagar o aluguel e pagar algo que é só nosso. Quando chegamos a casa era de dois quartos, rebocada por fora, um banheiro e uma cozinha conjugada com a sala. Eu fiquei contente no sentido que a minha casa era a última na rua, mas até vaca andava dentro do meu quintal, era horrível a invasão das moscas tinha visto pela televisão mas quando chegava visita em casa eu ficava com vergonha porque as moscas infestavam até nas pessoas e vários outros problemas, o ônibus que atolava no meio do caminho e não chegava até lá em cima.”*⁵⁴

Na verdade a minha intenção não é a de avaliar as atitudes de Virgílio Galassi, todavia não poderia deixar de citá-lo uma vez que a construção do bairro Mansour deu-se em uma de suas gestões.

Meu objetivo neste capítulo é procurar discutir como ocorreram as atitudes e os procedimentos adotados em oposição às dificuldades encontradas no bairro Mansour e a formação da Associação de moradores.

Ao invés dos moradores ficarem de braços cruzados, esperando a “vontade” do poder público em atendê-los, uma parcela decidiu fazer alguma coisa, o que resultou no

⁵³ Revista de divulgação interna Op. Cit. 1992. P. 17.

⁵⁴ Iolanda Aparecida dos Santos, Op. Cit. 18.

surgimento de pessoas interessadas na formação da Associação. Edinaldo preocupado com o descaso do poder público tratou logo de chamar atenção:

“Chamei a reportagem de rádio e televisão e os moradores concordaram com minha indignação, Queria que eles reconhecessem que a gente não é diferente das populações existentes na cidade. Que da mesma forma que os outros são contribuinte nós também somos. Fizemos vários abaixo- assinado, tentando conscientizar as autoridades que o bairro precisava desenvolver para ter valor futuramente”.⁵⁵

Neste desabafo, fica evidente a consciência política que este jovem tem. A tentativa de massificar a população, fazer com que ideologicamente aceitem com passividade a dominação e o discurso impostos pelo poder dominante não passam despercebidos por uma parcela dos moradores. Este usaram das estratégias que lhes possibilitavam conclamar a indignação que estavam sentindo. Usaram emissoras de rádio e noticiários da televisão como instrumentos de luta para atingir o restante da população.

O Sr. Wagner e a família, da sua maneira, também contribui para reivindicar o asfalto. (“Morávamos dois anos sem asfalto. Nós mesmo fizemos a pesquisa para liberarem o asfalto pra gente, foi realmente com muitas dificuldades.”)⁵⁶

Foi-se despontando daqui e dali, atitudes de moradores, sejam individuais ou em conjunto, buscando contribuir para melhoria da estrutura do bairro. Algumas iniciativas tomadas não agradavam a todos.

Não havia uma uniformização de idéias, nem todos compartilhavam das mesmas idéias e sentimentos. Suscitou também sentimentos contrários. A trajetória destes moradores é permeada de conflitos, valores, e vitórias. Como relembrou Maria Luiza, no momento em que passou por uma dessas demonstrações de conflito:

“Fizemos abaixo- assinado, a gente foi lá e falou que atrapalhava as crianças de brincar na rua. Então o Silas Guimarães falou, que muita gente foi lá e fez abaixo-assinado para não passar o ônibus. A gente não sabe o que a pessoa quer. Eu fui e falei pra todo mundo aqui, só que depois que a gente chegou, as pessoas gostam de ficar de “ser cabeça”, todos foram contra.”⁵⁷

⁵⁵ Edinaldo Op. Cit.

⁵⁶ Wagner Op. Cit.

⁵⁷ Maria Luiza Op. Cit.

A administração municipal tem como objetivo com a formação das AMS (Associação dos Moradores), uma maior proximidade dos partidos políticos com os moradores dos bairros, uma vez que não há AMS sem a relação com uma instância maior: partidos políticos e poder público.

O poder público é a ponte que as AMS, tem para reivindicar melhorias para o bairro e está ao mesmo tempo servindo aos políticos para fins eleitoreiros, mas também aos moradores, que têm capacidade de reelaborar este intuito, reivindicando benefícios para o bairro.

A senhora Maria Olímpia Mendes nos contemplou com uma entrevista sobre a história do bairro, visto ter sido ela oficialmente a primeira presidente do bairro Mansour gestão (1992/1995). Demonstrou ter “consciência política” e tentou não envolver politicagem nos trabalhos da AMORBAM (Associação de Moradores do Bairro Mansour).

“Quando eu estava na presidência, eu tentei demais não envolver política, porque na época era puro interesse eleitoreiro, e era fase eleitoral não era hora e nós não estávamos nem aí, porque o povo vota e não vota sem influência política, é uma obrigação pessoal. Tem políticos que enganam não é só na época eleitoral que eles precisam de ir atrás do povo. O que nós queríamos não é promessa de eleitor. Gostaríamos de ver os acontecimentos é de quem fazia. Nós não íamos atrás de ninguém porque precisava de ajudar ele por ser conhecido. O que eles queriam era aparecer inclusive até hoje, porque o povo é sofrido, batalhador, estão na luta pra conquistar o que está lá hoje.”⁵⁸

Diferentemente da opinião de Maria Olímpia, o sr. Francisco Assis Zumba (Chiquinho) presidente da AMORBAM(2000- 2003),relata que só concorreu às eleições para presidente da associação porque foi motivado por um vereador:

“Eu fiquei com dó da área verde do bairro que estava sendo destruída e eu passei a chamar a polícia florestal que andava no mato, dava multa e conversava com as pessoas, até que eles me ajudaram a fechar a área verde com o alambrado. Aí o povo me forçou a sair como candidato da Associação. Eu não quis. Aí há seis anos atrás foi um vereador lá em casa e falou: você é uma pessoa muito boa, precisa se candidatar. Eu ganhei as eleições com mil cento e noventa e sete votos,

⁵⁸ Maria Olímpia Op. Cit.

*eram quatro chapas. Eu ganhei com mais de trezentos e noventa votos a mais do que as outras chapas.”*⁵⁹

No depoimento do sr. Chiquinho, como gosta de ser chamado, há consciência de perceber em sua ação, uma ação política. Sendo presidente da AMORBAM demonstra também que sempre soube circular na esfera política e ao mesmo tempo uma ligação pessoal também com os moradores. Nesta relação de favores e influência com políticos, soube tirar proveito reivindicando para os moradores e fazendo a ligação do político com os moradores.

Com certeza o Sr. Chiquinho se vangloria de ter dado ouvidos à fala do vereador (não o identificarei pois o entrevistado não me deu a conhecer), que favoreceu para a ascensão à presidência por duas gestões. Assim ele se tornou um porta voz, uma pessoa de influência junto a administração pública que poderia auxiliar nas reivindicações dos moradores e vice versa. Para cada conquista de benfeitoria no bairro o nome do vereador poderia ser citado, o que o tornaria mais “popular”. Isso o ajudaria a se reeleger nas próximas eleições. No entanto as benfeitorias estariam concretizadas.

Esses moradores têm os mais variados sentimentos e opiniões no que se refere ao trabalho desenvolvido pela AMORBAM e da capacidade que essa tem de resolver suas necessidades. D. Janete em sua narrativa, expressa:

*“A Associação aqui do bairro não vale nada, eu falo do (...) eu precisei da ajuda dele e ele não me ajudou. Eu fui no UAI, pedi a ajuda dele pra eu marcar consulta pra mim, ele não quis. Porque a gente trabalha, (o empregador) não quer saber se está marcando consulta ou não. Sê tem que levar um comprovante ali, pra constá onde que se tá, porque de boca ele não vai aceitá.”*⁶⁰

Neste dia a sra. Janete precisava ser consultada e conseguir um atestado médico. Mas, pelo que conhecemos a situação lastimável das entidades hospitalares públicas com certeza, esta não conseguiu uma vaga para consulta e então apelou para o Sr. Chiquinho.

D. Cecília se queixa, das reuniões da Associação, pelo que entendi, a reunião em que participou foi marcado para discutirem e chegarem a conclusão sobre algum assunto

⁵⁹ Francisco Op.Cit.

⁶⁰ Janete, Op. Cit..

relacionado ao bairro, porém isso não aconteceu: (“É uma porcaria a Associação, vai lá para discutir, só sai abobrinha. Eu só voto por obrigação.”)⁶¹

A fala de Maria Luiza é marcada por relações de conflitos existentes entre os moradores. Se queixa da falta de entendimento entre os próprios moradores. Cada morador buscava a solução mais rápida para o problema, porém queriam que acontecesse a solução defendendo aquilo que vem ao encontro com o seu próprio interesse:

*“Seu Chiquinho me convidou pra fazer parte da Associação, eu não quis, porque ocê vai lá e briga por uma coisa na prefeitura e quando você chega aqui e passa para os moradores, a metade concorda, mas a outra metade não concorda com o que você pediu, então eu falei, eu não vou mexer com isso não.”*⁶²

A Associação de Moradores do Bairro Mansour (AMORBAM), passou por cinco gestões: Maria Olímpia Mendes(1992 – 1995); Paulo de França(1995-1997) Francisco Assis Zumba (1997-1999);Lúcia Helena Donato de Freitas (1999-2001) e Francisco Assis Zumba(2001-2003).

Durante a trajetória dessa Associação, muitas reivindicações foram conquistadas. O Sr. Chiquinho compartilha comentando sobre uma dessas vitórias:

*“Outro benefício foi que quando eles construíram o terminal de treze ônibus que passavam pelo bairro, passou a rodar apenas três. Eu conversei com o secretário ele levou em brincadeira e nós discutimos através do rádio. Hoje por causa do Luís Humberto nós somos muito amigos. Mas quando eles viram que eu não iria abaixar, que eu não iria deixar o ônibus correr no bairro, no outro dia as oito horas da manhã, todos os ônibus estavam correndo normalmente. Essa luta foi uma das melhores.”*⁶³

Sr. Chiquinho através da discussão no programa de rádio, protestou contra o número insuficiente de ônibus e conseguiu mobilizar os moradores que se dirigiram para a avenida central do bairro. Este protesto referido pelo Sr. Chiquinho foi apresentado no jornal Correio, onde se lê:

“Cerca de sessenta moradores do bairro Mansour promoveram, ontem a tarde, uma manifestação para que o número de coletivos que vivem à região seja aumentado. Eles reivindicaram também uma linha direta para o bairro Martins. No

⁶¹ Cecília, Op. Cit.

⁶² Maria Luiza, Op. Cit.

⁶³ Assis Zumba Op. Cit.

ato, realizado na Av. José Fonseca e Silva, os manifestantes utilizaram pneus e pedras e interromperam o tráfego na via, que serve de principal acesso ao bairro.

A polícia militar foi chamada pela direção do terminal Planalto que atende aos bairros adjacentes para liberar a avenida, pois todos os ônibus foram impedidos de circular. A manifestação foi defragada pela AMORBAM e liderado pelo presidente Francisco Assis Zumba. Os moradores alegaram que os carros estão circulando super-lotados e muitos passageiros estão chegando com atraso ao destino.”⁶⁴

Houve uma problemática levantada sobre a pavimentação das ruas. Problemática está que iniciou-se desde a primeira gestão da AMORBAM. Os moradores conscientes deste problema, não deixaram no esquecimento, porém exigiram seus direitos. Denuncia Edinaldo:

“A Associação de bairro, era administrado por Paulo de França acessor da Liza Prado. Não se importava muito com os moradores da parte de baixo, tanto os moradores da parte de cima do bairro foram bastante beneficiados com relação aos outros que assinam contrato com a Araguaia Minas pagando. Já eles tiveram o asfalto totalmente de graça. Até hoje as moradores continuam em luta para quitar suas casas sem ter que continuarem pagando, pois souberam que a grande parte dos moradores da parte de cima conseguiram quitar sem aplicar dinheiro. Os moradores alegaram que as construtoras eram diferente.”⁶⁵

Esta denúncia me deixou intrigada. Na busca da resposta para este questionamento, procurei o Sr Chiquinho atual presidente da AMORBAM. A explicação que colocou foi essa:

“O movimento que todo mundo não acreditava, tentou e não conseguiu e que eu consegui foi o asfalto. A maior parte dos moradores tinha o nome no SPC por causa do asfalto e nós descobrimos um dinheiro lá na Caixa, que e o dinheiro era nosso, da ação que a CEMIG pagou pra Caixa, as ações estavam em baixa, mas as ações subiram muito e deu para pagar todo o asfalto dessa parte das casas que é da EMCOP, um mil cento e oitenta e duas casas, pagou o asfalto e sobrou sessenta e seis reais, aí eu falei se eu ganhasse as eleições como presidente da associação pela segunda vez, iria arrancar este dinheiro de toda maneira e o povo votou, porque sabiam que eu gosto de lutar, de brigar pelo que é preciso. Procurei o Luís Humberto e ficamos amigos, ele na época ainda não era candidato a deputado. Eu o procurei e fomos a Caixa fizemos reunião e o pessoal da Caixa disse que iria devolver o dinheiro abatendo cinco reais por mês nas prestações ou queriam fazer creche, posto policial com o dinheiro. Eu ameacei até levar uma caravana de moradores para dentro do banco, quando eles nos chamaram pra anunciar mil e poucas casa foram quitadas mesmo os que estavam devendo.”⁶⁶

⁶⁴ Jornal Correio de Uberlândia –23/07/97, p. 9.

⁶⁵ Edinaldo Op. Cit.

⁶⁶ Assis Zumba Op. Cit.

A explicação do Sr Chiquinho ficou muito confusa, então busquei outras fontes. Procurei o ex-presidente da AMORBAM Paulo de França, para que me esclarecesse.

Explicou-me em poucas palavras o que já havia indicado o Sr. Chiquinho. Gostaria de ter usado o gravador mas não foi possível. Para sanar as minhas dúvidas, analisei a Ata da Associação, no qual havia registrado:

*“Aos 20 dias do mês de junho do ano de 1997 às 12:00 na sede da Caixa Econômica Federal à rua Praça Osvaldo Cruz, em Uberlândia realizou-se uma reunião entre a CEF e AMORBAM- Associação dos Moradores do Bairro Mansour. Foi convocada esta reunião para estabelecer a decisão da CEF quanto a solicitação dos moradores do Mansour referente ao dinheiro das 1072 casas construídas pela EMCOP em nosso bairro. Foi nos comunicado por sr José Urbano que a CEF. Será feito da seguinte maneira: será abatida nas prestações de cada mutuário, prestações em dia a vencer. Os mutuários com seus contratos quitados receberão em espécie o valor estipulado. Casas que foram vendidas o ágio terá o direito de receber se apresentado a procuração registrada em cartório, o contrato simples de gaveta não tem validade. Somente foi pedido pela CEF comece a fazer os abatimentos, pois será necessário um remanejamento nos sistemas da CEF. Será fornecido à AMORBAM uma listagem com nome, endereço e quantas prestações será abatida por casa. E os abatimentos serão feitos nos vencimentos.”*⁶⁷

Analisando a Ata do dia 05/03/1995, que antecedeu a eleição houve inscrições de duas chapas: (chapa 1- Renovação) trazia como presidente a Sra Elza Santos e vice Silvana Santos Carvalho e (chapa 2) Evolução encabeçada pelo Sr Paulo de França para presidente Carlos Roberto Katana. Houve um desentendimento entre estas duas chapas na realização da eleição, visto Sra Elza denunciou ao CEC- Conselho das Entidades Comunitárias, que três pessoas que depositaram o voto na urna não eram moradores do bairro Mansour.

“...solicitou à comissão jurídica do CEC a impugnação da eleição nº 002195, art.2 e 24...Porém em uma decisão, o conselho jurídico do CEC, considerou os motivos apresentados foram insuficientes para motivar uma ação, determinando que marque a data de posse da nova diretoria...”

⁶⁷ Ata/AMORBAM, 20/06/97, Caixa Econômica Federal.

Neste conflito o único voto anulado foi do Sr. Adilson Divino de Freitas, com a constatação que a casa era de outro morador exceto isso, a eleição da Associação foi considerada normal.⁶⁸

Os conflitos políticos interferiram no caminho dessa pesquisa. Visto que, precisei fazer uma ampla investigação para conseguir localizar Maria Olímpia Mendes, primeira presidente na Associação dos Moradores do Bairro Mansour.

Depois de perguntar a vários moradores se conheciam Maria Olímpia, ou se sabiam como localizá-la. A resposta que obtive na maioria das vezes foi “não”, alguns até agiam com indiferença não sabiam de quem se tratava ou quem havia sido a primeira presidente da Associação, talvez porque tenham mudado posteriormente à sua gestão.

Outro morador disse que Maria Olímpia havia se mudado do bairro Mansour, mas não sabia para onde. E assim fiquei neste processo de investigação durante semanas. Nas listas de nomes deixadas pelos entrevistados à respeito da formação da Associação do bairro. Obtive conversas até com sr. Paulo de França, o segundo presidente da entidade, sucessor de Maria Olímpia. Prometeu-me colocar em contato com Maria Olímpia, uma vez que não residia mais no bairro, mas também não o fez. Parecia que tudo em volta da história do início da Associação estava envolto de mistério.

Durante uma conversa informal com Edinaldo, que explicou-me que quando conheceu Maria Olímpia, esta trabalhava na Prefeitura de Uberlândia, mas não sabia se ainda era funcionária.

Com a informação , não perdi mais tempo, me dirigi à Prefeitura Municipal de Uberlândia e consegui localizá-la. Para minha surpresa me recebeu em seu local de trabalho e prontamente atendeu à entrevista, contando como começou.

“Eu cheguei na minha casa e a minha vizinha me chamou, vamos reunir lá na esquina da rua Rio Madeira. Chegando lá tava aquela rodinha de amigos... a idéia era que precisava de montar uma associação para poder reivindicar benfeitoria,

⁶⁸ CEC- Conselho de Entidades Comunitárias na rua Paracatú nº 163, foi constatada que a Sra Genesi Ferreira de Freitas e José de Freitas Machado reside no local, onde conversamos pessoalmente com os mesmos. Uberlândia, 20/março/1995

melhoramentos para o bairro. Ficou decidido que marcariam outra reunião, e estas pessoas que estavam lá, cada uma convidou outra, foi espalhando. Um chamava, outro chamava, aconteceu, não organizou nada. Na época já havia pessoas que estavam com intenção de montar chapa pra associação. A situação do bairro era muito difícil nós estávamos isolados do centro da cidade, até lá era um mato só e acima de tudo era um mal cheiro que vinha da granja planalto, tudo isso foi somando a ansiedade das pessoas de montar uma turma representante do bairro, aí que me despertou a curiosidade de ver o lado legal da coisa. Eu fui procurando as pessoas para saber através de outros bairros, aí me indicaram vários clubes de bairros, fui conversando com um, com outro principalmente com ex-administradores da câmara, pessoas jurídicas. Eu fui ver que tudo levava a crer que precisava de uma coisa séria mesmo, bem montada, não era só aquela ilusão Minha vizinha numa certa reunião resolveu indicar a minha pessoa, aí convidei que fosse na minha casa essa reunião para decidir. Eu peguei o modelo da chapa, como eu era solteira, tranqüila, não tinha nem passarinho para cair morto, era saudável graças a Deus. Pensei eu tenho capacidade para colaborar, para doar um pouquinho de mim. Era coisa séria mesmo não só ilusão. Aí começou inveja, muita competição porque eu acho que deve sim haver competição. Mas as chapas que estavam sendo montadas por outros grupos cada um queria aparecer mais. Um dia eu consegui entregar ao prefeito uma lista com vinte e dois itens, portanto antes das eleições, já estava conseguindo melhorias para o bairro. Eu consegui documentação, o modelo de estatuto e busquei registrar o estatuto e este para ter valor legal tem que durar um ano de existência. Depois de tudo organizado eu me tornei presidente da associação.”⁶⁹

Conclui-se que Maria Olímpia venceu a eleição através do voto para liderar a AMORBAM, porque buscou saber em outras entidades como se formava uma associação e principalmente porque era funcionária pública na Prefeitura Municipal. Principal órgão público de onde emanam as leis e as decisões que regem o município. Para isso o conhecimento que acumulou aos longos dos anos de trabalho, com certeza facilitou a rapidez com que os ofícios e requerimentos expedidos pela associação, chegassem aos departamentos certos. Reduzindo assim, o tempo da burocratização da papelada, para que o mais rápido possível o bairro fosse beneficiado.

Atentei-me para outro importante fato, a existência de grupos que se organizavam para concorrer a eleição. Lê-se:

“Ata da Eleição para a Diretoria e Conselho Fiscal para Associação de Moradores no Bairro Mansour AMORBAM...O resultado foi o seguinte. Votaram seiscentos e quarenta e dois votantes, assim distribuídos Chapa I- trazia como presidente a sra. Maria Olímpia Mendes e vice Divino Souza Mendes (trezentos e quarenta e um votos), Chapa II –trazia como presidente Luiz Máximo Vieira e vice José Eustáquio Moreira Jordão (duzentos e cinqüenta votos), Chapa III- trazia

⁶⁹ Maria Olímpia Op. Cit.

como presidente Elza Santos Carvalho (quarenta e dois votos), votos nulos um número de oito e um voto em branco.”⁷⁰

Das duas outras chapas, a entrevistada, não refere se a procuram para se informar dos caminhos percorridos para conseguir registrar o estatuto e para que fosse editado, sem o qual não poderia tornar possível a existência da associação ou se contribuíram com idéias na relação dos vinte e dois itens de reivindicações que entregou ao prefeito, mesmo antes de se tornar presidente do bairro Mansour. As reivindicações foram as seguintes: Instalação de um posto policial; solicitação para coleta de lixo junto à divisão de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; asfalto comunitário; solicitação de ônibus para outras partes da cidade etc.

Outro dado importante vislumbrado na narrativa, foi quando Maria Olímpia colocou a questão da competição, que não a tomou de surpresa, porém, deixa transparecer nas entrelinhas que podem ter usado métodos escusos, para prejudicá-la moralmente, como por exemplo a inveja transformada em atos “fofoca”. A última frase transcrita me indicou esta certeza: *“Aí começou a inveja muita competição porque eu acho que deve sim haver competição mas as chapas que estavam sendo montadas por outros grupos cada um queria aparecer mais”*.⁷¹

De tanta insistências e visitas a residência do Sr. Chiquinho, atual presidente da AMORBAM, numa certa tarde o Sr. Chiquinho me entregou uma mala contendo a documentação da Associação desde o seu início. Foi para mim como receber uma gratificação. O interessante é pensar que há mais ou menos um ano, estes documentos como atas, ofícios, requerimentos, “folders”, não teriam a menor importância para mim. *“A importância do objeto para o historiador”*, ouvi esta frase várias vezes durante o curso de história, mas realmente ainda não fazia parte do meu cotidiano, da minha realidade o debruçar sobre os interesses da pesquisa.

Depois de ler e reler o livro de Ata da Associação, tudo se tornou mais claro para a minha compreensão. Um difícil trabalho de reflexão, promovida através da leitura da Ata, relacionando-a à leitura de algumas narrativas, um certo jogo do poder, no qual cada

⁷⁰ Livro de Atas/ AMORBAM 06/12/1992. P.02.

⁷¹ Maria Olímpia Op. Cit.

presidente queria “aparecer” mais do que o outro. As reivindicações exigidas pelos moradores passam por uma ciranda conflituosa, até serem concretizadas.

Porém, estes méritos de reconhecimento devem ser partilhados por todos, tanto pelos moradores que participaram das reivindicações quanto os membros da AMORBAM. As lutas pelo direito a um bairro com estruturas mais dignas de habitação, foram desenvolvidas através de um longo processo que perpassa por todas as administrações das gestões da entidade e não apenas por meio do(a) presidente.

Como já dissemos, a política, comum aos moradores, foi (e está sendo) feita a partir de tensas relações e de fortes dissidências. Não poderíamos assim compreender como neutras e homogêneas, as práticas da AMORBAM.

O bairro aparece como microcosmos da sociedade, indicador de conflitos mais amplos existentes em instâncias mais complexas como a Câmara de vereadores, a prefeitura e a cidade em geral, não vivemos numa sociedade uma mais cheia de conflitos e contradições.

Essas práticas de influências tornaram-se sinônimo de atividades políticas no bairro. Uma política tensa, com divisões claras de agrupamentos, às vezes portadora de interesses obscuros. Porém, livre de significação partidária, ou de cartilhas doutrinadoras.

Trata-se de uma política que funciona a partir de relações de proximidades (com vereadores, deputados e secretários), de dívidas eleitorais, mas também, traz possibilidades experiências de conquistas e de benefícios alcançados.

Considerações Finais

Ao construir este trabalho de pesquisa, percebi aos poucos algo que no início desta monografia, não conseguia identificar, talvez pela minha imaturidade em dialogar com as fontes, porém gradativamente, aprendi através da experiência acadêmica no decorrer da pesquisa realizada em que a leitura das entrelinhas sobrepõe-se às relações complexas

Todos os dias ouvia e lia sobre os mais variados temas de pensadores, historiadores, sociólogos etc., porém nem sempre apreendendo o que estes transmitiam.. Algumas vezes no decorrer do curso tive a impressão que a reflexão que os professores queriam, geralmente não ocorria. No momento aquelas discussões estavam além da minha realidade e não conseguia entender por mais que me esforçasse. Por fim veio a frustração e o sentimento de fracasso, uma vez que havia passado por vários períodos do curso e não tinha conseguido alcançar meu objetivo: tornar-se uma nova pessoa, culta, intelectual.

Acredito que já faça parte do currículo dos cursos, o aluno aprender pelo sofrimento, tornando-se mais humilde, desnudo de convicções e preconceitos desvendando os “nós” impregnados pela sociedade. O que eu sinto é de não ter tido possibilidade de participar efetivamente do curso, pois minha vida acadêmica ficou restrita em sair das aulas do curso, ir para o meu trabalho e todos os dias fiz sempre este mesmo percurso, sem pensar muito na relação maior professor/ aluno.

Durante os vários contatos que mantive com os moradores, passei a refletir melhor que estes moradores/sujeitos, ainda que sejam considerados “pacíficos, ordeiros”, não ficam assentados tranqüilamente esperando que a ajuda chegue. Porém, procuram melhorias, cobram, reclamam, manifestam indignação pelo descaso. Obtiveram algumas vitórias, outras vezes não. Se interagem se contradizem entre eles com suas idéias, são dinâmicos.

Quanto a organização da AMORBAM, alguns movimentos foram colocados e discutidos no contexto, já outros nem sequer foram citados, como: o caráter assistencialista da Associação e o evento Mostra Talentos promovido pela mesma; a

construção do PISC (Posto Integrado de Segurança e Cidadania), que foi construído através do sistema de mutirão. Também merece destaque o grupo de mães voluntárias que ajudam na escola.

Como já havia mencionado, realizei durante o período de pesquisa vinte e cinco entrevistas. Porém devido ao objetivo da pesquisa de recompor os modos de viver dos moradores, precisei escolher as que identificam mais com esta pesquisa, o que foi difícil, pois todas foram contribuições riquíssimas. Ao começar a tecitura do texto as entrevistas forneceram-me o direcionamento, e algumas tiveram que ser abandonadas pela complexidade das relações que pude observar, aspectos muito amplos que podem ser considerados em trabalhos posteriores.

Para obtenção das entrevistas, comecei gravá-las no mês de agosto de 2002 ao início de 2003. Procurei transcrever as entrevistas respeitando a pronúncia do entrevistado, e em seguida analisá-las para posteriormente serem anexadas ao corpo do texto.

As fotos utilizadas na abertura de cada um dos três capítulos, se referem ao livro “História do Bairro Mansour”, construído por mim e pelos alunos da escola que trabalho, como já havia falado na introdução deste trabalho monográfico.

As crianças que participaram da ilustração do livro, eram considerados alunos com dificuldade de aprendizagem e alguns já haviam repetido a terceira série mais de uma vez. Portanto o meu objetivo era o de buscar uma nova motivação para que eles pudessem se interessar pelo conteúdo ensinado em sala de aula. Transformei a sala de aula em uma oficina pedagógica no qual eles se tornaram pesquisadores.

Durante o trabalho de campo dialogaram com os moradores, observaram as estruturas do bairro e de volta a sala, produziram textos e desenharam tudo o que conseguiram apreender. Como está exposto na primeira foto, eles construíram no imaginário o que seria a fazenda Capim Branco antes do loteamento. Na segunda foto desenharam como seria o bairro em sua formação. Na terceira foto, os alunos demonstraram maturidade e consciência em relação as necessidades do bairro hoje e opinaram o que poderia ser feito para o “Mansour” tornar-se um bairro melhor.

Procurei entender qual era para os sujeitos/moradores do Mansour , o significado da casa própria. Para muitos era o sonho realizado, já para outros devia-se lutar por melhorias, outros ainda acreditavam que estavam morando no bairro por falta de alternativa, por não terem condições financeiras de comprar a casa em outro local que preferia. Assim na luta pelo pertencimento na cidade, vai se entrelaçando histórias de vida e histórias da cidade.

Fontes

A) Publicações:

Revista Divulgação interna da Secretaria Municipal de Habitação (fevereiro 1992)

B) ATAS

Associação de Moradores do Bairro Mansour. Livro ano 1992/2000.

Correspondências recebidas, enviadas, documentos diversos.

C) JORNAIS

Jornal Correio Uberlândia 30/01/93, p.01.

Jornal Correio Uberlândia 18/04/93, p.12

Jornal Correio Uberlândia 08/08/96, p.10.

Jornal Correio Uberlândia 23/07/97, p.10.

Jornal Triângulo 08/10/91, nº 8009, p.05.

Jornal Triângulo 21/02/91, nº 7851, p.01.

D) Entrevistas

1) Ana Siléide

51 anos, mora no bairro a nove anos, mãe de nove filhos, profissão catadora de papelão e garrafas

2) Cecília Alvarenga

Mudou para o bairro em 28 de outubro de 1991, 57 anos, mãe de dois filhos, trabalha em seu estabelecimento comercial no próprio bairro .

3) Dayanne Braga Moraes

13 anos, estudante, mora com os pais, veio para o bairro ainda pequena, porém fez questão em evidenciar suas memórias da época em que mudou para o bairro Mansour.

4) Edinaldo José Guerra

21 anos, estudante, solteiro, mora com o pai, mudaram para o bairro Mansour em 25 de julho de 1992.

5) Elizabeth Tânia da Costa Silva

38 anos, natural de Lagoa da Prata, mora no bairro Mansour há doze anos, mãe de dois filhos, profissão professora.

6) Eny Maria Borges

45 anos, atual vice- presidente da Associação de Moradores do Bairro Mansour, profissão proprietária de um bar, na própria residência, moradora do bairro desde a inauguração do mesmo.

7) Francisco Assis Zumba (Chiquinho)

Natural da cidade de Itumbiara, mudou para o bairro Mansour em 7 de setembro de 1991, ex- presidente da Associação de Moradores do Bairro Mansour.

8) Helen Ferreira Porfírio

33 anos casada, mãe de 2 filhos, profissão professora, mudou para o bairro em 06/07/92.

9) Ínia Franco Novaes

32 anos, profissão professora, mãe de dois filhos, mora no bairro Mansour há doze anos.

10) Iolanda Aparecida dos Santos

39 anos, casada, mãe de filhos, profissão cantineira, mora no bairro Mansour a doze anos.

11) Jane Paula Fernandes

40 anos, mora no bairro Mansour a onze anos, profissão Embaladora de balas rococó, casada, mãe de três filhas.

12) Janete Paes da Silva

54 anos, natural da região do Rio Grande do Sul, mudou para o bairro em 1992, casada, profissão serviços gerais.

13) João Batista Soares da Silva

36 anos, veio para o bairro em 1992, solteiro.

14) Leila Ana Moraes Silveira

Mora no bairro desde 1991, 37 anos, casada, mãe de cinco filhas, profissão professora.

15) Leonardo Inácio Ferreira

46 anos, natural de Uberlândia, veio morar no bairro com a família assim que o bairro foi inaugurado.

16) Lucivânia

50 anos, casada, mudou para o bairro em 1993, profissão do Lar.

17) Maria Luiza do Amaral

35 anos, natural da cidade de Coromandel, mudou para o bairro Mansour em 14/09/91, casada, mãe de duas filhas.

18) Maria Olímpia Mendes

Funcionária da Prefeitura Municipal de Uberlândia, ex- presidente da Associação dos Moradores do Bairro Mansour, mora no bairro Martins.

19) Maria Sílvia Ferreira Vieira

34 anos, Profissão do Lar, casada, mãe de duas filhas, mora no bairro a doze anos.

20) Maria do Carmo Soares

35 anos, profissão cantineira, moradora do bairro a onze anos.

21) Marta Helena Campos de Assis

43 anos, casada, mãe de dois filhos, profissão supervisora escolar, moradora no bairro a doze anos.

22) Raivel Pereira de Araújo Brito

23 anos, solteiro, estudante, natural de Goiás, mora no bairro a doze anos.

.

23) Rosário Lúcio de Andrade

Morou dezesseis anos de aluguel, mudou para o Mansour assim que foi entregue aos moradores, 54 anos, casado, aposentado.

24) Wagner José Batista

35 anos, profissão técnico em contabilidade com escritório próprio em sua própria residência, casado, mudou para o bairro Mansour em 1994.

Bibliografia

ALVARENGA, Nízia Maria. **As Associações de Moradores em Uberlândia – Um Estudo das Práticas Sociais e das Alterações nas Formas de Sociabilidade**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. SP/PUC, 1988.

_____. *Movimento Popular, Democracia Participativa e Poder Político Local: Uberlândia 1983-1988*. In.: **História & Perspectivas**. Edufu. Uberlândia., Jan./ jun. 1991.

CAETANO, Coraly Gará (org.) et alii. **A Experiência dos Trabalhadores na Constituição das Relações Sociais no Espaço Urbano de Uberlândia (1950/1999)**. UFU/Cedhis/Dep. História – FAPEMIG. Uberlândia, 1999.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos . Uberlândia 1938-1990**. Tese Doutorado. Pr. Pós-graduação em História Social. Tese de Doutorado. SP. PUC, 2001.

CARDOSO, Romilda Aparecida- *História do Bairro Mansour*. Uberlândia, 2001.

DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. Brasiliense. SP, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro .In: *Trabalho, Cultura e História Social Perspectivas*. **Projeto História 4**. PUC. 1989.

_____. “*O Historiador e a Cultura Popular: História de Classe ou História do Povo?*”. In Revista **HISTÓRIA E PERSPECTIVA**, n. 6, Uberlândia: UFU, 1991

_____.(org.) **CIDADES**. Programa de História da PUC/SP, São Paulo: Olho d’água, 1999.

GUILHERME , Edmilson Lino- *As Experiências de Trabalhadores Autônomos no Setor da Construção Civil - Uberlândia 1970 /1997-* monografia UFU.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos dos Trabalho**. 2ª Edição. SP. Paz e Terra, 1988.

_____. **Sobre História**. SP. Cia das Letras, 1998.

HOGGART, Richard. As Utilizações da Cultura: Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa, Editorial Presença. 1973.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. RJ. Paz e Terra, 1980.

LIMA, Lucilei Marciana de e REIS, Pedro Jorge dos. A Escola Real e a Escola Idealizada Pelos Moradores do Bairro Mansour. Projeto Ciência Cidadã.

MORAIS, S. P. **‘Trabalho e Cidade: Trajetórias e Vivências de trabalhadores carroceiros na cidade’**. Uberlândia 1970-200. Pr. Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2002.

NEVES, Magda. **Trabalho e Cidadania**, Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Dependência, Favores e Compromissos: Relações Sociais e Políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50. Dissertação de mestrado, UFU.

PETUBA, Rosângela M.^a Silva. **Pelo direito à cidade: Experiência e Luta dos Trabalhadores Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia - 1990-2000**. Pr. Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2001.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Trad. Maria T. J. Ribeiro. SP, CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

_____. "A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". In TEMPO, Revista do Departamento de História da UFF, n. 2, dez. 1996, pp. 53-72.

- _____. “Sonhos Ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. In **Projeto-História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 10, dez/1993, pp. 41-58.
- REIS, Maucia Vieira dos. Entre Viver e Morar: Experiências dos Moradores de conjuntos Habitacionais (Uberlândia- Anos 1980/1990). Dissertação de mestrado, UFU.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. 2ª Edição. Paz e Terra, 1991.
- SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. RJ, Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Beatriz. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. Dissertação de Mestrado. SP. Dep. Geografia Humana/USP, 1988.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 Volumes. Trad. Denise Bottmann, Paz e Terra, RJ, 1987.
- _____. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Zahar Editores. RJ 1987.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Zahar. RJ, 1987.